



04 DE MAIO DE 2015

Segunda-feira

- CRISE FAZ O CRÉDITO SECAR PARA AS EMPRESAS
- COM NOVOS EM CRISE, VENDA DE CARRO USADO CRESCE
- COMEMORAÇÃO DO DIA DO TRABALHO VIRA ATO CONTRA RICHAS E TERCEIRIZAÇÃO
- NO DIA DO TRABALHO, FORÇA APOIA PROJETO DE TERCEIRIZAÇÃO E CUT AMEAÇA GREVE
- AUTOPEÇAS: FATURAMENTO DO SETOR ENCOLHE 19%
- FENATRAN 2015 TEM BAIXA ADESÃO DE MONTADORAS
- MONTADORAS DE VEÍCULOS DOS EUA ENCONTRAM OBSTÁCULOS COM DESACELERAÇÃO DE VENDAS
- EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DA ZONA DO EURO DESACELERA EM ABRIL MAS PREÇOS SOBEM, MOSTRA PMI
- PMI DO HSBC PARA INDÚSTRIA DA CHINA TEM MAIOR QUEDA EM ABRIL EM UM ANO
- S&P REBAIXA VALE PELA 2ª VEZ NESTE ANO POR QUEDA DO PREÇO DO MINÉRIO
- CAMEX REDUZ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA BENS DE CAPITAL
- EDITORIAL: DEBATE PRECARIZADO
- CÁLCULO PARA MEDIR PODER DE COMPRA EM UM PAÍS VAI ALÉM DA TAXA DE CÂMBIO
- TERCEIRIZAÇÃO REDUZ EFEITO DE ÉPOCA DE CRISE, AFIRMAM ESPECIALISTAS
- BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 2,3 BILHÕES PARA SIDERÚRGICA DO PECÉM
- ALSTOM ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA OFERTA DE TURBINAS NO

MERCADO NACIONAL

- 'NINGUÉM ESPERAVA UM FREIO TÃO GRANDE NA ECONOMIA'
- MUDANÇA NO CÁLCULO DO PIB REDUZ PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA
- MUDANÇA DE COMANDO NA VOLKS
- VOLKSWAGEN COLOCA 8 MIL FUNCIONÁRIOS EM FÉRIAS COLETIVAS EM SP
- NA CRISE, NOVA CLASSE MÉDIA FAZ MALABARISMOS FINANCEIROS
- PESSOAS NÃO PODEM SER TRATADAS COMO PROPRIEDADE DAS EMPRESAS, DIZ CONSULTOR

- OS 10% DA DISCÓRDIA DO FUNDO DE GARANTIA
- VALE COGITA PARAR MINAS NO ESTADO
- MERCEDES-BENZ PRORROGA PRAZO DE LAY-OFF EM JUIZ DE FORA
- COM NOVOS EM CRISE, VENDA DE CARRO USADO CRESCE
- FERREXPO VENDE PARTICIPAÇÃO NA FERROUS
- ANEEL VENDEU 1.973 MW EM LEILÃO PARA 2020
- ACÇÃO POLICIAL DEIXA SECRETÁRIO DO PR NA CORDA BAMBA
- TERCEIRIZAÇÃO: MAGISTRADOS TEMEM INSEGURANÇA E RETROCESSO NA LEI TRABALHISTA
- MERCADO ESTIMA INFLAÇÃO EM 8,26% E SELIC EM 13,5% NO FINAL DE 2015
- REAJUSTADOS OS PISOS SALARIAIS PARA 2015 NO ESTADO DO PARANÁ

CÂMBIO		
EM 04/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,075	3,076
Euro	3,427	3,428

Fonte: BACEN

Crise faz o crédito secar para as empresas

04/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A forte restrição dos bancos à concessão de crédito tem travado os negócios das empresas em vários setores da economia. Com o caixa debilitado pelo baixo desempenho econômico e sem acesso a linhas de crédito para capital de giro ou investimentos, as companhias começam a enxugar as estruturas, reduzir o quadro de funcionários e adiar pagamentos.

Nos três primeiros meses do ano, a concessão de crédito para empresas no país caiu 14% em relação ao quarto trimestre de 2014, de R\$ 429,5 bilhões para R\$ 407,3 bilhões, conforme relatório do Banco Central (BC). No mesmo período, entretanto, a demanda por empréstimos continuou em alta: subiu 9,7%, segundo a Serasa Experian.

“Se esse indicador está crescendo e a concessão caindo é sinal que os bancos estão mais seletivos na liberação de crédito”, explica o economista da empresa, Luiz Rabi.

Além do recuo no volume concedido, as taxas de juros aumentaram, os prazos de pagamento dos empréstimos diminuíram e a inadimplência cresceu. Pelos dados da Serasa, o atraso nos pagamentos de despesas financeiras e não financeiras avançou 12% no primeiro trimestre, demonstrando a dificuldade das companhias diante da queda da atividade, custos mais elevados (energia elétrica e combustíveis, por exemplo) e escassez (e encarecimento) de crédito.

“Hoje, o principal problema das empresas é a falta de crédito. Se nada for feito, poderá haver um colapso que vai travar ainda mais a economia. Isso precisa ser olhado com urgência pelo governo”, afirma o diretor da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz.

Ele acredita que a Operação Lava Jato, que investiga corrupção em contratos da Petrobras, tem ajudado a secar o mercado de crédito, já que alguns bancos terão prejuízos com operações feitas com empresas envolvidas no escândalo.

“Mas mesmo quem está fora dessa confusão está sendo punido. Os bancos públicos, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), não podem fechar as portas para o setor produtivo”, reclama o executivo.

No BNDES, fonte mais barata de financiamento para as empresas, o crédito com recursos direcionados (voltado para determinado segmento ou atividade) despencou 44,6% de janeiro a março comparado ao último trimestre de 2014, segundo o relatório do Banco Central.

A linha voltada para o capital de giro das empresas teve o maior baque na liberação: queda de 79,1% no período. O financiamento a investimentos caiu 43,6% e os empréstimos para o setor agroindustrial, 35,7%. Procurado, o banco de fomento não atendeu ao pedido de entrevista.

Especialistas alertam para “sufocamento” dos negócios

No sistema financeiro como um todo, as modalidades de crédito que têm o objetivo de antecipar receitas são as mais afetadas pelo aperto dos bancos. No dia a dia, normalmente as companhias costumam entregar faturas, duplicatas e cheques a prazo para os bancos, pagam uma taxa de juros e recebem na hora o dinheiro que entraria no caixa apenas no futuro.

Essas operações ajudam a equilibrar o caixa das empresas com as despesas que precisam ser pagas dentro do mês. A queda na concessão dessa modalidade foi de 21,4%.

“Sem esse dinheiro, muitas empresas, especialmente as de menor porte, podem ter sérios desequilíbrios no caixa”, afirma o professor de Economia e coordenador dos cursos de extensão do Ibmecc/RJ, Daniel Sousa.

Segundo ele, algumas empresas podem até conseguir crédito nos bancos, mas o custo e as exigências serão bem maiores que antes. Na média, a taxa anual de juros do sistema financeiro para pessoa jurídica subiu de 16,5% em dezembro de 2014 para 18,1% em março.

“A falta de crédito aliada a alta de custos está sufocando as empresas. Daqui a pouco vamos ter um estrangulamento da capacidade produtiva. O resultado será reduzir o nível de atividade e de emprego”, afirma o diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel. Segundo ele, a situação está tão complicada que já há inadimplência até em contratos com o BNDES – a fonte mais competitiva do mercado.

Apesar das reclamações de crédito mais curto no sistema financeiro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou, em nota, que a expansão do crédito deve continuar no país, tanto para empresas como para pessoa física, mesmo diante de uma conjuntura econômica menos favorável.

Com novos em crise, venda de carro usado cresce

04/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Enquanto o mercado de carros zero-quilômetro vive uma grave crise, com queda de mais de 16% nas vendas no primeiro trimestre, as concessionárias de automóveis usados sobrevivem à recessão e fecharam março em terreno positivo, com alta de 2,3% nas vendas em unidades nos primeiros três meses do ano.

Com o orçamento mais apertado, o consumidor está atento ao fator preço – neste quesito, os usados levam vantagem. Enquanto o valor do veículo novo subiu 7,2% nos últimos 12 meses, em média, os usados tiveram queda de 3,2%.

Entre os usados, os chamados seminovos, com até três anos, lideram a preferência do consumidor. As vendas cresceram 26%. Os brasileiros que querem dar um “upgrade” em seu veículo ficam atentos a este mercado.

Segundo Mauricio Emerich, dono da revenda R1 Motors, em São Paulo, o consumidor hoje usa muito a internet ao comprar. E, ao comparar os preços de carros zero e seminovos, consegue perceber que a diferença é grande. Segundo dados de mercado, após um ano de uso, o preço de um veículo cai cerca de 20%.

Na R1 Motors, um Evoque, da Land Rover, blindado e com 8 mil km rodados, sai por R\$ 220 mil. Um modelo zero-quilômetro, com os mesmos opcionais, fica em R\$ 280 mil. Já um Fox 1.0, cujo preço de tabela é de R\$ 44,6 mil, pode ser encontrado em sites por cerca de R\$ 36 mil após um ano de uso.

Com o aquecimento no mercado de segunda mão, a relação entre número de carros usados vendidos para cada novo está em 3,7 neste ano, a mais alta desde 2005, quando era de 4,1 usados para cada novo, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Para o gerente de desenvolvimento da consultoria Jato Dynamics, Pedro Mendes, a alta dos preços dos carros novos está levando o consumidor para a opção dos usados.

De janeiro a março, mesmo com a forte queda do mercado de carros zero, os preços subiram 4,42%, enquanto o preço dos usados ficou estável (com alta de 0,03%), segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Mendes explica que, além da alta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em janeiro, houve aumento de insumos. "Em contrapartida, o usado manteve o preço e acabou ficando mais atrativo."

Juros. Apesar dos preços mais baixos, quem vai financiar o veículo precisa prestar atenção nos juros do financiamento do usado. Segundo o Banco Central, enquanto os juros de montadoras estão abaixo de 14% ao ano, nas empresas especializadas em carros usados podem chegar a 55%.

A Fenauto, que representa as revendedoras de usados, afirma que o juro do setor varia de acordo com o perfil do cliente. "A taxa diminui conforme o valor da entrada aumenta", diz Ilidio dos Santos, presidente da entidade.

Comemoração do Dia do Trabalho vira ato contra Richa e terceirização

04/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A tradicional comemoração ao Dia do Trabalho da Força Sindical, que acontece nesta sexta-feira (1º) no BioParque em São José dos Pinhais, foi marcada por críticas à repressão violenta a professores, ocorrida na quarta-feira (29), no Centro Cívico, e ao projeto de lei que regulamenta e amplia a terceirização no país.

Entre bandeiras da central sindical e sorteio de prêmios, o presidente da Força no Paraná, Sergio Butka, aproveitou o momento para criticar a atuação do governador Beto Richa.

"Os trabalhadores reunidos neste dia não poderiam deixar de mostrar sua indignação e repúdio aos acontecimentos desta quarta-feira, quando imperou o desrespeito e a barbárie contra o direito de manifestação dos funcionários públicos", disse.

Oposição

Único deputado presente no evento, Requião Filho (PMDB) teceu críticas à postura do governador ao discursar no palco. "Nós não somos como o Beto Richa que fica do lado de quem paga a campanha dele. Nós estamos sempre do lado dos trabalhadores", disse.

O senador Roberto Requião (PMDB) também criticou a administração do estado e o Projeto de Lei (PL) 4330, que regulamenta a terceirização. "Forças reacionárias querem precarizar o trabalho e não podemos admitir isso. Aqui, o governo mete a mão no fundo dos trabalhadores e joga a PM em cima dos professores", disse em meio a aplausos do público.

Apesar de a Força Sindical nacional, capitaneada pelo deputado Paulinho da Força (SD), apoiar as mudanças nas regras da terceirização, o núcleo paranaense da central se opõe à proposta e manifestou repúdio à aprovação do PL 4330 pela Câmara Federal.

Evento

Após o término da solenidade de abertura, o evento prosseguiu com uma apresentação e missa do padre Reginaldo Manzotti. Mais tarde, a comemoração pelo Dia do Trabalho terá

shows do cantor gospel André Valadão e da dupla sertaneja Victor e Léo. A Força espera reunir 10 mil pessoas no evento em São José dos Pinhais.

No Dia do Trabalho, Força apoia projeto de terceirização e CUT ameaça greve

04/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

As comemorações do 1º de Maio das duas principais centrais sindicais do país foram marcadas pelo embate em relação ao projeto de terceirização (PL 4330). Em São Paulo, onde se concentra o maior número de trabalhadores em dois grandes, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ameaça uma greve geral caso a proposta seja aprovada no Congresso Nacional, enquanto a Força Sindical defende que a terceirização não fere os direitos trabalhistas.

No ato da CUT, realizado no Vale do Anhangabaú, região central da capital paulista, sindicalistas são contra o projeto de lei que trata da terceirização. O PL 4330 já foi aprovado pelos deputados e agora será analisado pelo Senado Federal. A ideia da central é realizar uma greve caso o PL seja aprovado.

“O ato do 1º de Maio é contra o projeto que prevê a terceirização. É também o primeiro movimento para uma greve geral caso a terceirização seja aprovada no Congresso”, disse Vagner Freitas, presidente da CUT. A greve geral seria só um primeiro passo, de acordo com Freitas. A ideia é que a central faça pressão para que a presidente Dilma Rousseff vete o projeto, caso ele seja aprovado no Congresso.

Críticas

E é justamente o desejo da CUT de veto ao projeto que foi alvo de críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), presidente nas comemorações de 1º de Maio organizada pela Força Sindical. Para Cunha, é perigoso para o governo assumir a pauta do PT, uma vez que a presidente é sustentada por uma base partidária.

“A presidente da República tem que ter cautela. Ela tem o direito de vetar qualquer proposta, embora a última palavra seja do Congresso. É muito importante que a pauta do partido não seja a do governo. A presidente não é sustentada politicamente somente pelo PT, mas por vários partidos. Todos esses partidos votaram pelo projeto. Passa a ser perigoso quando você assume a pauta do PT”, disse.

Ainda sobre o projeto de terceirização, Cunha também aproveitou para acusar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) de politizar o debate. “A CUT teve um papel diferenciado na discussão da terceirização. Usou o PT para fazer um debate equivocado, já que o projeto da terceirização não causa qualquer prejuízo ao trabalhador, pelo contrário, reconhece direitos”, afirmou Cunha.

Para o presidente da Câmara, a central usou debate do projeto para proteger a arrecadação sindical. O projeto que permite a terceirização de qualquer atividade já foi aprovado pelos deputados e agora será analisado pelo Senado Federal.

“A CUT politizou esse processo. Ela quis fazer desse projeto da terceirização um embate político que visava única e exclusivamente a arrecadação sindical deles. Quero ver como a CUT vai se comportar no debate do ajuste fiscal e como vai ser o comportamento do PT com a CUT — disse.

O deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, também não poupou críticas à CUT, que realiza seu ato do Primeiro de Maio na região central da capital

paulista. "A CUT montou uma estratégia de pegar alguma coisa para criar dificuldade, fazer política e livrar a cara da (presidente) Dilma (Rousseff)", afirmou Paulinho.

Ele disse ainda que o projeto da terceirização é bom e que "só precisa corrigir uns detalhes", o que será feito no Senado. "Fiz o meu papel e apresentei quatro emendas. Não há racha da base da Força Sindical sobre isso, apenas algumas divergências", afirmou.

Autopeças: faturamento do setor encolhe 19%

04/05/2015 - Fonte: Automotive Business

As vendas nominais da indústria de autopeças no primeiro bimestre de 2015 foram 19% menores que as do mesmo período do ano passado. A maior queda, de 24%, ocorreu nas entregas a montadoras.

Os números foram fornecidos pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de dados coletados de 67 empresas que respondem por mais de 30% do faturamento do setor.

As exportações no período recuaram 18% e as vendas intrassetoriais foram 4,7% menores. A única alta ocorreu nas vendas ao mercado de reposição, 2% melhores que no primeiro bimestre do ano passado. O estudo mostra que as fabricantes de autopeças se empenham em alternativas à queda na produção nacional de veículos.

Na comparação de fevereiro de 2014 com o de 2015, o faturamento pelo mercado de reposição passou de cerca de 12% para quase 17% das vendas totais. Pelo mesmo motivo, a participação das exportações no faturamento cresceu de algo em torno de 14% para 16%.

EMPREGO E CAPACIDADE OCIOSA

Como consequência da queda na produção e venda de veículos, o emprego nacional no setor de autopeças recuou 12,2%. A capacidade ociosa no primeiro bimestre está 6,7% mais alta que no mesmo período do ano passado. Em fevereiro de 2015 ela atingiu 34,1%. O índice é 8,5 pontos percentuais maior que o anotado no mesmo mês do ano anterior.

Fenatran 2015 tem baixa adesão de montadoras

04/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Faltando sete meses para a realização da maior feira de veículos comerciais do País, a Fenatran, Salão Internacional do Transporte Rodoviário de Carga, apenas duas montadoras até agora confirmaram presença no evento: DAF e Volvo mostrarão seus modelos e novidades relacionadas a pós-venda e serviços a fim de atrair e manter o público cativo das últimas edições.

"A Fenatran faz parte da cultura do transporte de carga do País e para nós é um evento estratégico. Posso dizer que nos preparamos os 12 meses anteriores para a melhor participação possível", comenta Daniel Mello, gerente de marketing da Volvo Trucks para a América Latina.

Mello conta que grande parte das vendas da montadora nos anos ímpares, quando são realizados o evento, são resultado do trabalho feito exclusivamente na Fenatran: "Nós não divulgamos valores, mas posso garantir que estar na feira é o maior investimento de

marketing da Volvo a cada dois anos e boa parte da nossa receita anual é realizada durante a feira”.

Por outro lado, a maior parte das montadoras está em processo de definição e avaliação sobre sua participação na feira, que neste ano chega à sua 20ª edição e que abre as portas entre 9 e 13 de novembro.

Caso de MAN Latin America, Mercedes-Benz, Scania, Ford, Agrale e Caoa, que confirmam estar em análise. A Iveco é a única que confirma, por enquanto, que não irá participar desta edição. Por sua vez, a International não conseguiu responder até o fechamento desta reportagem.

A demora na decisão e a dúvida em participar parte principalmente das análises sobre custos e retorno que a feira proporciona, principalmente diante de um mercado em baixa, que obriga as empresas a cortarem os custos ao máximo. A baixa adesão também é reflexo das negociações de preços entre participantes e organizadores.

Por meio de suas assessorias, MAN e Agrale informam que na próxima semana terão reuniões internas para debater o assunto, enquanto Scania e Mercedes-Benz estão acompanhando o movimento via Anfavea, entidade que reúne as fabricantes e que apoia o evento, juntamente com Anfir e Simefre.

A Fenatran é uma iniciativa da NTC & Logística, associação que representa as empresas nacionais de transporte de cargas e logística no País, com a organização da Reed Exhibitions Alcantara Machado.

“A Fenatran é sempre aguardada com grande expectativa, mesmo em um cenário mais difícil como o que o setor está enfrentando este ano. As montadoras estão sim estudando, ainda há uma adesão muito baixa, mas acredito que é momentâneo.

Entendemos que apesar de tudo, é uma oportunidade de se fazer presente, de dizer ao cliente ‘estamos aqui, conte com nossos produtos e serviços’, como uma demonstração de voto de confiança”, disse o presidente da NTC & Logística, José Hélio Fernandes.

O executivo acrescentou que 70% do espaço da feira está vendido e que neste ano houve um movimento grande de entrada de empresas que sempre estiveram na fila de espera por falta de espaço em outras edições.

Vale lembrar que a feira reúne não só montadoras, mas fabricantes e fornecedores de autopeças para caminhões, ônibus, fabricantes de implementos rodoviários e empresas de serviços relacionados ao segmento de pesados.

“Este é um evento que já é esperado e vamos sim realizá-lo. Acredito que como um ciclo, até novembro o ritmo do mercado comece a retornar, se normalizando em 2016, quando o País estará caminhando para a normalidade após uma definição melhor dos impactos da política de ajustes aplicada neste começo de ano e que acaba afetando a economia.”

Fernandes diz ainda que para o próximo ano a entidade projeta realizar a segunda edição da Fenatran Centro Oeste, focada no mercado local: “Em 2014 lançamos esta proposta e foi uma feira muito bem aceita. O local para a próxima ainda não está definido, mas queremos repetir”.

Montadoras de veículos dos EUA encontram obstáculos com desaceleração de vendas

04/05/2015 - Fonte: Reuters

As montadoras de veículos de Detroit, que caminham para o melhor ano de vendas desde 2006, podem ter que se preparar para tempos mais difíceis. Executivos de fabricantes dizem que a indústria vive um de seus melhores momentos dos últimos anos. Mas a julgar pela performance recente de ações da General Motors, Ford Motor e Fiat Chrysler Automotive, os investidores enxergam a situação de maneira menos robusta.

Durante o ano passado, os preços de ações da GM e da Ford puxaram para baixo o mercado automobilístico, apesar de medidas das duas companhias para dar mais retorno aos acionistas.

Os preços de ações da Fiat Chrysler despencaram na semana passada enquanto o presidente Sergio Marchionne fez esforços cada vez mais abertos para insistir em uma fusão com algum de seus rivais.

"A festa pode estar chegando ao fim", disse Charles Chesbrough, economista sênior da IHS Automotive. "Ainda estamos olhando para alguns dois bons anos com demanda forte, mas os dias de grandes aumentos nas vendas ficaram para trás".

Entre os otimistas está Kurt McNeil, diretor de vendas da GM nos EUA, que disse na última sexta-feira que a indústria está vivendo seu melhor ano de vendas desde 2006. As vendas de carros e caminhonetes devem chegar a 17 milhões em 2015, comparadas a 10 milhões em 2009.

A confiança do consumidor norte-americano está em alta, preços de imóveis estão se recuperando e a gasolina custa menos de 4 dólares por galão em muitas partes do país, ajudando as vendas de grandes caminhonetes e SUVs, que lideram os lucros para as três montadoras de Detroit, assim como já faziam desde antes da crise financeira de 2008/2009.

Mas há sinais alarmantes. O crescimento de vendas está desacelerando no mercado doméstico, a demanda por carros pequenos e sedans familiares está caindo, receitas já caíram, lucros fora da América do Norte e da China são virtualmente inexistentes e os preços de ações se estabilizaram.

Todas as três fabricantes de Detroit não atingiram as expectativas de receitas de analistas para o primeiro trimestre. Depois de reportarem vendas saudáveis em abril na sexta-feira, as ações das três caíram novamente.

Expansão da indústria da zona do euro desacelera em abril mas preços sobem, mostra PMI

04/05/2015 - Fonte: Reuters

O crescimento da indústria da zona do euro desacelerou em abril, mas as fábricas elevaram os preços pela primeira vez em oito meses, de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) do Markit, que também mostrou que o contingente de funcionários cresceu no maior ritmo em quase quatro anos.

Quaisquer sinais de pressão inflacionária serão bem recebidos pelo Banco Central Europeu (BCE), particularmente porque o impacto sobre o crescimento foi marginal. O PMI final de indústria da zona do euro para abril do Markit ficou em 52,0, ante leitura preliminar de 51,9, mas abaixo da máxima em 10 meses atingida em março de 52,2.

Foi o 22º mês seguido em que o índice fica acima da marca de 50 que separa crescimento de contração. Um índice que mede produção, que influencia o PMI Composto que será divulgado na quarta-feira, marcou 53,4, comparado com a máxima em 10 meses alcançada em março, de 53,6.

O índice de preços da produção do PMI subiu acima de 50 pela primeira vez em oito meses, sugerindo que a inflação pode passar ao território positivo.

PMI do HSBC para indústria da China tem maior queda em abril em um ano

04/05/2015 - Fonte: Reuters

A atividade das indústrias chinesas sofreu em abril a maior contração em um ano com queda nas novas encomendas, mostrou o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) do HSBC/Markit nesta segunda-feira, dando força aos argumentos a favor de mais estímulos para enfrentar a desaceleração da segunda maior economia do mundo.

A mais recente indicação de aumento das preocupações com a indústria aumenta o risco de que o crescimento econômico no segundo trimestre fique abaixo de 7 por cento pela primeira vez desde o ápice da crise global, dando força a temores com a possibilidade de perdas de emprego e calotes a nível local.

O PMI do HSBC/Markit final da indústria da China caiu a 48,9 em abril --menor nível desde abril de 2014-- ante 49,6 em março, enquanto a demanda perdeu força e as pressões deflacionárias persistiram.

O número foi mais fraco que a leitura preliminar de 49,2 e veio abaixo do nível de 50 pontos, que separa crescimento da contração.

O subíndice geral de novas encomendas recuou para 48,7 em abril, contração mais forte em um ano. Isso sugere uma deterioração da demanda doméstica, enquanto as novas encomendas para exportação mostraram sinais iniciais de melhora.

S&P rebaixa Vale pela 2ª vez neste ano por queda do preço do minério

04/05/2015 - Fonte: Reuters

A mineradora Vale teve seu rating rebaixado na noite de quinta-feira pela agência de classificação de risco Standard & Poor's por preocupações com a queda dos preços do minério de ferro, que pode corroer a receita da maior produtora do mundo da principal matéria-prima do aço.

A S&P reduziu a companhia para "BBB", segunda menor nota dentro da escala de grau de investimento, ante "BBB+". A S&P havia cortado o rating da empresa a "BBB+" em janeiro.

Um rating "BBB" significa que a companhia tem "capacidade adequada de cumprir obrigações financeiras, mas (está) mais sujeita a condições econômicas adversas" do que companhias de notas mais elevadas, de acordo com a agência de risco.

A S&P, que tirou a classificação da Vale de observação, informou que a perspectiva para o rating é negativa.

Na quinta-feira, a Vale divulgou prejuízo de 9,538 bilhões de reais no período de janeiro a março, terceiro resultado negativo trimestral consecutivo. O preço do minério de ferro,

produto responsável pela maior parte da receita da Vale, caiu quase 50 por cento no ano passado diante da desaceleração do crescimento da China, maior fabricante de aço.

Enquanto isso, a Vale, junto as rivais BHP Billiton e Rio Tinto, tem expandido a produção para conquistar participação no mercado de outros concorrentes de custos mais altos.

Diferentemente de BHP e Rio Tinto, a Vale ainda tem investimentos significativos a serem feitos para concluir um plano de expansão concentrado em novas minas gigantescas na Amazônia.

"O rebaixamento reflete a significativa pressão que os efeitos combinados de preços mais baixos de minério e níveis altos de investimento devem ter sobre a alavancagem da companhia em 2015 e 2016", disse o analista Diego Ocampo, da S&P.

O diretor de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, disse que a decisão da S&P foi prematura em um momento em que os preços do minério "ainda não encontraram um patamar justo" e em que a companhia está aumentando a produção e cortando custos.

"Estamos desapontados com a visão de curto prazo da Standard & Poor's", disse Siani em nota. "Esperamos de agências de rating que tenham uma visão através do ciclo, compatível com o prazo médio de nossa dívida, que é de nove anos.

Pelo menos a forte redução recente dos spreads de risco nos nossos bônus mostra que não estamos sozinhos em nossa opinião".

Camex reduz imposto de importação para bens de capital

04/05/2015 - Fonte: Reuters

Câmara de Comércio Exterior – vinculada ao MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, concedeu mais um conjunto de redução do imposto de importação de bens de capital, os ex-tarifários, por meio das Resoluções Camex nº 29 e 30/2015, publicadas na edição do Diário Oficial da União de quinta-feira, 30.

O patamar da alíquota de 14%, em sua maioria, cai para 2% até 31 de dezembro de 2016 para 177 máquinas e equipamentos, dos quais 158 são novos pedidos de reduções e 19 são renovações.

O órgão informa que esta nova redução do imposto de importação incentivará investimentos globais de pouco mais de US\$ 2 bilhões, com a compra de US\$ 186 milhões em compras de equipamentos. Deste total, o setor automotivo será responsável pelo segundo maior valor, equivalente a 31,35%, atrás apenas de construção civil, com 46,38%, além de autopeças, que aparecem com 1,68% dos investimentos.

A Camex informa que o investimento da indústria automotiva contemplará o aumento da capacidade produtiva de motores em Minas Gerais e o fornecimento de equipamentos de linha de produção para a fabricação de peças de estamparia para carrocerias de veículos em uma unidade do Paraná, sem citar as montadoras.

Outros setores beneficiados são energia (5,40%), siderúrgico (1,43%), outros bens de capital (2,40%), madeira e móveis (1,11%) e outros (3,26%), além de bens de informática e telecomunicações sem produção no Brasil.

Estes investimentos serão aplicados em uma nova unidade industrial para a produção de amônia e de CO₂, em Minas Gerais, na construção de uma fábrica de processamento de

milho para a produção de etanol, em Goiás; na implantação de unidade para a produção de pallets, a partir da madeira de acácia negra, no Rio Grande do Sul e no aumento da produção de módulos fotovoltaicos para suprir o mercado interno e exportações, em São Paulo.

Segundo a Camex, a maior parte dos equipamentos importados virão da Alemanha (30,63%), seguida por Estados Unidos (26,32%), Itália (12,92%), Japão (9,45%), Áustria (4,53%), Holanda (3,22%), Taiwan (2,85%), Coreia do Sul (2,84%) e Espanha (1,65%).

Editorial: Debate precarizado

04/05/2015 – Folha de S. Paulo

A presidente Dilma Rousseff (PT) enfim se manifestou sobre a ampliação da terceirização, modalidade de contratação que já abrange 12,7 milhões de trabalhadores no país sem que esteja regulamentada.

Como queria seu partido, Dilma criticou a medida e referendou a visão equivocada de que o projeto de lei contribui para precarizar relações de trabalho. Perdeu assim a chance de dar ao debate uma contribuição equilibrada.

A principal polêmica diz respeito às chamadas atividades-fim. Pelo projeto, passaria a ser possível, por exemplo, um banco terceirizar parte da função de caixa, desde que o prestador do serviço não se subordine diretamente a ninguém da empresa contratante.

Pelas regras em vigor, só podem ser terceirizadas as atividades-meio, isto é, funções acessórias, como limpeza e vigilância.

Trata-se de distinção arbitrária e contraproducente. Nem sempre é clara a fronteira entre os dois tipos de atividade. Ademais, as partes deveriam ser livres para escolher o melhor modelo para o processo produtivo, algo cada vez mais crucial com a especialização de tarefas.

Não há por que forçar uma empresa a gastar recursos financeiros e gerenciais com qualquer função que, no seu entendimento, poderia ser desempenhada com maior eficiência e menor custo por terceiros.

Os detratores do projeto, contudo, sustentam que liberar a terceirização representaria a dilapidação dos direitos do trabalhador.

Embora pareça forte, o argumento não se sustenta. Primeiro por encerrar um paradoxo: se merecesse ser levado a sério, os críticos da proposta deveriam propugnar o fim da terceirização, e não sua restrição a certas áreas –ou será que alguns profissionais não fazem jus a determinadas garantias?

Além disso, a afirmação é falsa: pela proposta, todos os terceirizados terão os mesmos direitos assegurados pela CLT, e o cumprimento dessas obrigações será fiscalizado pela empresa contratante.

Há mesmo um exagero do projeto ao determinar que a empresa contratante responda na Justiça, tanto quanto a prestadora de serviços, se os encargos trabalhistas não forem pagos. Hoje, essa responsabilidade começa apenas quando terminam as chances de o terceirizado receber da empresa contratada o que lhe é devido.

A modificação só piora o atual modelo, que já não é bom. De um lado, por deixar as empresas contratadas livres para descumprir obrigações legais, certas de que futuras cobranças na Justiça tenderão a mirar a contratante.

De outro porque, do ponto de vista das empresas, o receio de enfrentar processos judiciais –e muito mais se decorrentes de falhas alheias– constitui poderoso desestímulo à criação de novos empregos. Melhor seria uma fórmula que diminuísse o risco de litígios.

Quanto a isso, vale questionar por que o Brasil é campeão mundial em processos trabalhistas. Se o debate sobre a terceirização precisa avançar sem preconceitos, isso é mais verdade para discussões sobre o necessário aperfeiçoamento de todo o arcabouço trabalhista, com vistas a reduzir os conflitos e incentivar novas contratações.

Cálculo para medir poder de compra em um país vai além da taxa de câmbio

04/05/2015 – Folha de S. Paulo

O cálculo da Paridade do Poder de Compra (Purchasing Power Parity, em inglês) –questo no qual o Brasil regrediu em 2014 permite comparações mais coerentes do tamanho das economias e do nível de renda dos países do que as conversões feitas diretamente pela taxa de câmbio.

Como o custo dos serviços e de alguns bens no Brasil é menor que nos EUA, a simples comparação da renda per capita em dólar dos dois países não reflete adequadamente a diferença relativa de preços e dos custos de vida entre as nações.

Uma mesma quantidade de dólares, por exemplo, é suficiente para pagar por mais bens e serviços no Brasil do que nos EUA.

A metodologia de cálculo da PPC tenta eliminar essas distorções e criar uma taxa de conversão que reflita adequadamente o custo de vida de cada país. Medido em PPC, o PIB (Produto Interno Bruto) per capita brasileiro no ano passado foi de US\$ 16.096, o que corresponde a 29,5% do americano (US\$ 54.597).

Na comparação do PIB per capita dos dois países considerando a simples conversão em dólares do valor do Brasil (R\$ 27.229, o equivalente a US\$ 11.604), a fatia é 21,3%.

Terceirização reduz efeito de época de crise, afirmam especialistas

04/05/2015 – Folha de S. Paulo

Para quem prefere não arriscar com produção própria, a terceirização com bons fornecedores e prestadores de serviços pode dar mais agilidade e flexibilidade.

Em vez de ter uma equipe e custos fixos, o empresário equilibra o número de pedidos com a demanda a seus fornecedores e profissionais free lancers, diz Cynthia Serva, do Centro de Empreendedorismo do Insper. A loja virtual Oppa, de móveis, vende somente itens feitos por fornecedores terceirizados, mas com sua marca.

Para conseguir manter uma identidade própria, a companhia conta com uma equipe de desenvolvimento, responsável por escolher fornecedores, criar projetos e se certificar da qualidade, explica José Machado, 35, diretor de design da companhia.

"Buscamos no mercado fornecedores que possam desenvolver produtos para cada faixa de preço que queremos preencher. A partir daí, desenvolvemos versões exclusivas dos itens deles para nossa marca", explica.

Atualmente, a empresa trabalha com cerca de 150 fornecedores, que desenvolvem mil projetos diferentes. "Não seria possível ter uma fábrica que conciliasse todas as tecnologias e especialidades que precisamos", diz.

A loja virtual Era Uma Vez vende roupas para bebês confeccionadas por oficinas do bairro do Bom Retiro, em São Paulo, onde a companhia começou em 2011, antes de migrar para o on-line. Terceirizar, explica o fundador Victor Lovatim, 33, protege a empresa nos períodos de crise no setor, por ter folha de pagamentos menor.

BNDES aprova financiamento de R\$ 2,3 bilhões para Siderúrgica do Pecém

04/05/2015 – CIMM

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 2,3 bilhões para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Os recursos serão destinados à construção da usina, no município de São Gonçalo do Amarante (CE), com capacidade de produção de até 3 milhões de toneladas por ano de placas de aço.

Com o investimento total, de cerca de R\$ 12,7 bilhões, estão sendo gerados mais de 17 mil empregos diretos e indiretos durante as obras. A previsão é de que o início da produção ocorra no primeiro semestre de 2016.

O controle acionário da CSP é exercido de forma compartilhada pela Vale e pelas sul-coreanas Dongkuk e Posco. O projeto utilizará a sinergia entre os sócios em seus segmentos de negócios.

Toda a produção da nova siderúrgica, a princípio, será destinada à exportação. A usina está inserida no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a 8 km do Porto do Pecém, que é interligado por um sistema de correias transportadoras que também atende a outros empreendimentos do Complexo.

O governo do Ceará está expandindo o Porto do Pecém, onde o minério da Vale será recebido, o carvão metalúrgico importado e as placas de aço exportadas. O projeto do governo também inclui a pavimentação de rodovias para facilitar a logística de exportação.

A CSP será a primeira empresa a operar no país em regime de ZPE (Zona de Processamento de Exportação). As ZPEs são caracterizadas como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas com produção voltada predominantemente para a exportação e com tratamento tributário e cambial específico, que inclui suspensão e posterior isenção de impostos federais. A iniciativa contribuirá para o aumento da entrada de divisas no País.

Investimentos sociais

O financiamento do BNDES contempla ainda apoio aos projetos sociais da CSP no entorno da usina. A empresa investirá R\$ 30 milhões em iniciativas voltadas para a infraestrutura social, educação e cultura, governança regional e ações para inclusão de jovens e geração de renda.

Inovação tecnológica

A CSP incorporará iniciativas e tecnologias vinculadas à inovação. Isso foi possível devido à existência de núcleo corporativo específico para planejamento, desenvolvimento,

implantação e sistematização de processos na fase pré-operacional do projeto, além de todo o know-how dos acionistas.

Alstom assina acordo de cooperação para oferta de turbinas no mercado nacional

04/05/2015 – CIMM

A Alstom e a NG Metalúrgica, uma das principais fabricantes brasileiras de turbinas a vapor e outros equipamentos, assinaram um acordo de cooperação para abordar conjuntamente o mercado brasileiro de turbinas a vapor de pequeno e médio porte e de alto desempenho.

Pelo acordo, a NG Metalúrgica vai vender as turbinas a vapor GRT (Geared Reaction steam Turbine), com reação de alta velocidade, da Alstom no Brasil. A Alstom irá compartilhar toda a tecnologia necessária com o seu parceiro, contribuindo simultaneamente para determinados serviços de engenharia e componentes para as turbinas vendidas pela empresa brasileira.

"A vasta experiência das duas empresas vai facilitar uma rápida entrada no mercado em um momento em que o Brasil precisa urgentemente construir a sua capacidade de geração industrial por biomassa como uma fonte confiável de energia elétrica", afirma Daniel Wahler, Vice-presidente de turbinas a vapor industriais da Alstom.

O Brasil é um dos mercados mais dinâmicos do mundo para a geração de energia térmica usando biomassa, a maior parte dela associada com a indústria do açúcar e de processos industriais. Combinando a próxima relação da NG Metalúrgica com o portfólio de turbinas a vapor GRT da Alstom, a empresa vai oferecer aos clientes de turbinas a vapor do Brasil uma nova e altamente competitiva opção local.

"A combinação da tecnologia de turbinas de reação avançada da Alstom com o serviço de longa data da NG Metalúrgica, sua base local e seu conhecimento das necessidades das indústrias de açúcar e de processos vai gerar valor agregado para os clientes que necessitam de energia eficiente e confiável, a fim de garantir a produção ininterrupta durante a época da colheita ou durante longos processos de plantação", afirma Giovanni Gobbin, Chief Operating Officer da NG Metalúrgica.

De acordo com a GlobalData, a capacidade de geração de energia por biomassa instalada no Brasil passará de 11,5 GW em 2013 para uma estimativa de 17 GW até 2018, quando o Brasil torna-se líder no mercado de energia de biomassa no mundo.

A Argus Media] indica que mais de 40 projetos, com uma capacidade combinada de mais de 2.000 MW, foram registrados para o leilão de energia de biomassa de hoje, 27 de abril de 2015.

A nova capacidade de biomassa serve para compensar tanto a redução da produção de muitas usinas hidrelétricas, dificultadas pelas chuvas abaixo da média nos últimos anos, e a geração intermitente no Brasil de mais de 7GW em energia eólica.

'Ninguém esperava um freio tão grande na economia'

04/05/2015 – O Estado de S.Paulo

A retração de mais de 17% nas vendas de veículos no primeiro trimestre no País não estava no radar da indústria automotiva. O setor levou um susto, segundo o presidente da Fiat Chrysler, Cledorvino Belini. "Sem dúvida, ninguém esperava um freio tão grande.

Foi uma surpresa negativa, surgiram mais pedras no caminho do que a gente imaginava”, disse Belini.

Fazia mais de uma década que o setor automotivo não sofria uma freada tão brusca. Mesmo assim, o executivo evita um tom fatalista. Ele lembra que o mercado cresceu muito e que o Brasil hoje é mais resistente do que era 10 ou 20 anos atrás. “Eu vi crise em 1992, quando o mercado era de 600 mil unidades por ano. Em março, chegamos ao fundo do poço, com 30 mil veículos.”



Para amenizar o impacto da crise, a Fiat Chrysler aposta na recém-inaugurada operação da Jeep - que representa a entrada do grupo no mercado de SUVs (veículos utilitários esportivos), dominado por modelos como o EcoSport, da Ford. Belini espera que a Jeep ajude a filial brasileira a apresentar resultados consolidados melhores à matriz, compensando a inevitável queda nas vendas da Fiat.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

A crise de 2015 é de curto prazo ou se estenderá por 2016? A Fiat trabalha com qual cenário?

Essa é mais uma crise dentro de tantas que nós vivemos. Difícil para mim era quando era diretor de compras e tínhamos uma inflação de 80% ao mês e eu precisava renovar contratos quase todos os dias.

A década de 80 foi perdida, a economia não andava. Eu vi crise também em 1992, quando o mercado era de 600 mil unidades por ano. Em março de 1992, chegamos ao fundo do poço, com 30 mil veículos.

Foi a partir daí que criamos câmaras setoriais, buscamos redução de impostos e chegamos a 1997 com 1,9 milhão de veículos. Depois veio a crise da Ásia e caiu de novo. Então o mercado é feito de ciclos (em 2013, a produção bateu o último recorde, com 3,7 milhões de unidades).

Existem marcos de crescimento da indústria automotiva brasileira?

Acho que o Brasil começou a acontecer em três fases: a da democratização, a do controle da inflação e a da inclusão social. Nessa última fase, houve uma escorregada e saímos fora do controle. Ainda temos uma inflação facilmente recuperável para patamares aceitáveis e entendo que o ajuste fiscal que está se propondo é o caminho certo. O Joaquim Levy (ministro da Fazenda) está na direção correta.

O quanto antes houver acordo entre o Executivo e o Legislativo, menos doloroso será. À medida que o ajuste tomar forma, tenho impressão de que a credibilidade volta, principalmente porque o investimento direto estrangeiro continua chegando. Em 12 meses, a cifra tem se mantido em US\$ 60 bilhões, valor extremamente importante. O Brasil é uma grande opção para investir. Temos 200 milhões de pessoas. Formamos uma

classe média importante, de 50% da população. E agora o objetivo tem de ser manter essa classe média crescendo, e não empobrecendo.

Dentro da política de expansão recente, o setor automotivo foi beneficiado pela redução do IPI. O setor pode reclamar do governo?

Os benefícios não foram benefícios. Temos a mais alta carga tributária em veículos do mundo. Só os impostos diretos representam entre 33% e 35%. O que houve foi uma redução temporária dessa carga tributária. Passamos a tributar menos para incentivar a compra.

No futuro, sem dúvida, o País não pode manter essa carga sobre um setor tão importante, que tem uma longa cadeia e representa 23% do PIB industrial brasileiro. Vários países importantes têm uma indústria automotiva forte. O consumidor brasileiro carrega esse peso de uma carga tributária excessiva.

Após o 'boom' de vendas de veículos, o setor não deveria esperar uma expansão mais branda ou até uma retração, especialmente com o consumidor cada vez mais endividado?

Sem dúvida tivemos anos de alto crescimento, juntando vários fatores, como IPI e expansão do crédito. Sabíamos que a média dos últimos 12 anos não se repetiria. Isso porque foi justamente nesse "boom" de vendas que essas 40 milhões de pessoas subiram das classes D e E para a classe C. Isso também permitiu o acesso ao veículo.

O automóvel representa a liberdade de ir e vir. Devido à falta de transporte de massa de qualidade no País, o carro passou a ser não só para passeio, mas para trabalho.

Qual pode ser uma projeção realista para o mercado de veículos?

O Brasil tem um veículo para cada 5 habitantes. Os Estados Unidos têm um veículo para cada 1,2 habitante. A Europa tem um veículo para cada 1,7 habitante. O Brasil tem muito a fazer pela motorização.

Além disso, o chamado bônus demográfico vai durar até 2020. Dá para dizer que o setor automotivo ainda tem muito a expandir. Além disso, temos um grande trabalho de renovação de frota. É esse potencial que motiva tanto investimento no Brasil. Mas entendemos que esse ajuste da economia agora deixa o consumidor preocupado.

As vendas de veículos caíram 17% no 1.º trimestre. Foi um sinal de alerta?

Sem dúvida, ninguém esperava um freio tão grande. As expectativas eram de que este ano seria pelo menos igual a 2014, que já havia caído em relação a 2013. Foi uma surpresa negativa, surgiram mais pedras no nosso caminho do que a gente imaginava. Mas a indústria automobilística pensa num horizonte de cinco ou dez anos. Em 2013, o investimento foi de 20,5% do PIB; em 2014, foi 19,7%. Este ano vai ser um pouco menor. Mas esse patamar já deve voltar a crescer no ano que vem.

Como a Fiat 'segura' a operação local enquanto o mercado não se recupera?

Temos uma vantagem. Ao mesmo tempo que enfrentamos dificuldades, temos uma oportunidade. Estamos iniciando dentro da FCA (Fiat Chrysler Automobile). Iniciamos a produção da Jeep. Esse conjunto nos beneficia. Estou entrando no segmento dos SUVs, que é crescente no Brasil.

Isso me permite enfrentar a situação do ponto de vista estrutural de forma mais tranquila. Mas os sacrifícios são enormes. Estamos trabalhando muito com férias coletivas. Enquanto reduzo de um lado (na Fiat), estou aumentando de outro, com a Jeep.

Então o sr. consegue evitar demissões porque apresenta o resultado consolidado à matriz?

Como eu tenho um lado crescendo justamente agora, não tenho esse problema ainda, pois o resultado é unificado.

Mas a grande questão não é a confiança do consumidor? Às vezes ela demora para voltar.

Tudo depende dos agentes econômicos. Quando eles (os bancos) sentirem que a firmeza do governo brasileiro em fazer o ajuste para colocar a inflação nos trilhos e começarem a reduzir os juros, o cenário de expectativas já muda. Em vez de todo mundo falar mal, começa todo mundo a falar bem.

Se nós olharmos o primeiro governo do presidente Lula, os primeiros seis meses foram de ajuste. O Levy inclusive estava lá. Já no segundo semestre de 2003, as expectativas começaram a melhorar e a economia começou a rodar. Este ano vai ser duro, mas o consumo vai voltar.

E os investimentos da Fiat, vão continuar mesmo com a crise?

Sem dúvida. Completamos os investimentos na fábrica da Jeep, em Pernambuco, e estamos num processo de investimentos na fábrica de Betim (MG). Reorganizamos as prensas, fizemos a modernização da área de carrocerias, estamos fazendo uma nova linha de pintura, a maior da América Latina, com capacidade para 180 carros por hora. Tem muita empresa no Brasil que produz isso por dia. O total de investimentos é de R\$ 7 bilhões entre 2011 e 2016.

Como a Fiat é afetada pela valorização do dólar, já que parte das peças é importada?

A Fiat se caracteriza por um índice de nacionalização muito alto, entre 90% e 95%. Em produtos de menor escala, o índice é de 70%. Sem dúvida a desvalorização do real afeta os custos, mas temos mantido o índice de nacionalização conhecendo bem as flutuações que ocorrem no Brasil. O real fica forte por alguns anos, depois se desvaloriza. Para enfrentar isso, fizemos duas coisas: mantivemos um índice alto de nacionalização e concentramos toda a nossa produção em uma só fábrica, em Betim.

A concentração da produção é uma forma de economia?

A área industrial tem um programa chamado World Class Manufacturing, com metas de aumento de produtividade e de eficiência, como redução do número de horas para se produzir um veículo. A eficiência vem da redução do desperdício. De 1994 para cá, a redução do uso de energia foi de 57% por veículo produzido. O uso de água caiu 55%. E o descarte de resíduos teve retração de 51%.

O financiamento está muito retraído. O que o Sr. está fazendo quanto a isso?

Existe um excessivo zelo na concessão de crédito justamente pelas dúvidas sobre a economia. Mas estamos tranquilos porque a inadimplência no nosso setor é baixa. Além disso, neste mercado difícil para os veículos novos, os usados estão crescendo. É um sinal de que há um potencial latente para o mercado se recuperar.

Até dois anos atrás, a exportação para a Argentina ajudava muito o mercado de veículos no Brasil. Há chances de recuperação neste segmento? A produção (em 2014) foi afetada também pela queda das exportações principalmente para a Argentina.

Mas percebo que a própria desvalorização do real tem nos permitido entrar em mercados em que havíamos perdido competitividade, como o México. Independentemente da cotação do dólar, as empresas e o País têm de aumentar sua competitividade.

Mercado fraco pode ser oportunidade para ganhar fatia de mercado. Como a Fiat se prepara isso?

Somos líderes de mercado há 13 anos. O Palio foi o carro mais vendido do Brasil no ano passado, passando o Gol, da Volkswagen, depois de 27 anos. Mas, agora, a nossa estratégia é aumentar o market share em SUVs. Acreditamos que o mercado de SUVs pode dobrar de tamanho até 2018. Nós produzimos 800 mil carros da Fiat e podemos chegar a 250 mil SUVs.

Mudança no cálculo do PIB reduz participação da indústria na economia

04/05/2015 – O Estado de S.Paulo



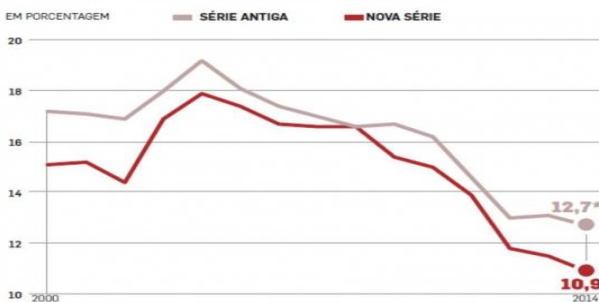
A participação da indústria de transformação na economia brasileira é menor do que se imaginava. A mudança no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas no País) promovida pelo IBGE deu ao setor industrial uma fatia de apenas 10,9% da economia nacional. Sem as alterações de metodologia das contas nacionais, a participação estaria em 12,7%.

O cálculo faz parte de um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que confirma a forte deterioração do setor nos últimos anos. "A queda da indústria traz consequências graves para todo o País. O setor é um estimulador do crescimento e um multiplicador da renda", afirma José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp.

PERDA DE ESPAÇO DA INDÚSTRIA

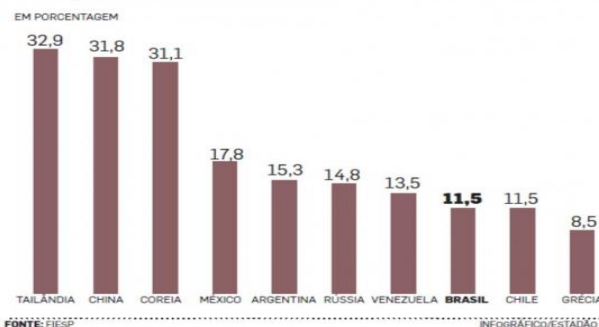
Setor desce a ladeira

Participação da indústria de transformação no PIB



Comparação entre países

Participação em 2013



A perda de participação da indústria na economia escancarou um descompasso econômico. O setor tem uma baixa representatividade num cenário no qual o PIB per capita brasileiro ainda é mediano. Ou seja, o País ganhou uma característica de economia madura antes da hora. Normalmente, ao se desenvolverem, os países enfrentam processos de desindustrialização, mas com um nível de renda mais elevado.

Ranking. O levantamento da Fiesp também analisou o tamanho do setor industrial em 20 países, além do Brasil, com renda per capita de mesmo nível. Com base nos dados disponíveis de 2013, o resultado mostrou que a fatia da indústria brasileira é uma das menores do mundo.

Há dois anos, a fatia da indústria de transformação era de 11,5% do PIB, mesmo nível observado no Chile e superior apenas à da Grécia (8,5%). Os países com maior participação do setor industrial foram Tailândia (32,9%), China (31,8%) e Coreia do Sul (31,1%) (ver quadro).

“Até a crise de 2009, a indústria brasileira conseguia manter uma certa participação no PIB porque as exportações de manufaturados estavam num nível razoável. Depois da crise, a indústria não se recuperou mais e começou a cair vertiginosamente”, diz Nelson Marconi, coordenador executivo do Fórum de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O desempenho ruim do setor ficou mais evidente depois da crise internacional porque a demanda por produtos manufaturados brasileiros diminuiu nos principais mercados de exportação, como Europa e Estados Unidos, afetados diretamente pela turbulência internacional. Na época, o câmbio também se valorizou e elevou a perda de competitividade do setor.

“A taxa de câmbio se valorizou até 2012. A balança comercial do setor de manufaturados piorou muito nesse período, o que afetou muito a indústria. As medidas que o governo adotou para estimular a indústria foram na verdade atendidas em boa parte pelos importados”, afirma Marconi.

No dia a dia das empresas, a perda de participação da indústria se traduziu em ajustes. A Fiamm, empresa de autopeças que produz e importa buzinas, chegou a ter três turnos de funcionários – no auge de vendas para o setor automotivo.

Hoje, tem apenas um. “Em 2013, tivemos um pico de volume, mas já havia uma influência de importados. Este ano o volume está uma tragédia”, afirma Josué Leite de Paula, diretor-geral da empresa

Por ora, a projeção da Fiesp é que a indústria de transformação continue perdendo participação em 2015. A entidade estima que o setor deverá responder por 10,6% do PIB.

O setor lida com uma combinação perversa: aumento no custo de energia, juros elevados e crédito mais restrito, além do desaquecimento geral da economia, que reduz a demanda por produtos industriais.

“Nesses primeiros quatro meses de 2015, a situação está crítica. O volume está muito abaixo do ano anterior, que já foi menor do que o de 2013. Se comparar 2015 com 2013, há uma queda de quase 30% nos volumes pedidos”, afirma Edson Furlanetto, presidente da fabricante de autopeças Kostal.

Mudança de comando na Volks

04/05/2015 – The Economist

Não está claro por que o presidente do conselho da Volkswagen, Ferdinand Piëch, não conseguiu tirar seu diretor executivo (CEO), Martin Winterkorn. A maioria dos observadores calcula que a dupla se desentendeu sobre a estratégia da VW, mas se surpreende que o voluntarioso Piëch, um membro da família que controla a montadora alemã, foi forçado a renunciar em 25 de abril em vez de expelir Winterkorn.

O que é óbvio é que, em seus 22 anos como CEO da empresa e depois presidente do conselho, a obsessão de Piëch em torná-la a maior e melhor fabricante automotiva do mundo a deixou com fraquezas significativas em sua marca VW original e no mercado americano.

Tendo se livrado do diretor executivo do grupo, Bernd Pischetsrieder, em 2006, com uma combinação de menosprezo público e campanha por trás do pano, Piëch provavelmente achou que o mesmo truque funcionaria de novo.

Numa entrevista recente à revista alemã Der Spiegel, ele disse que estava "distante" de Winterkorn, mas outros membros do conselho consultivo do grupo apoiaram o CEO.

A derrota de Piëch deixa Winterkorn numa posição-chave para o suceder como presidente do conselho consultivo, um órgão poderoso que nomeia os executivos da montadora e aprova grandes decisões estratégicas.

A questão é o que Winterkorn poderia fazer diferente agora? Sob muitos aspectos, Piëch deixa a companhia em grande forma. Com a construção de fábricas mundo afora e uma série de aquisições, da Bentley, uma fabricante de carros de luxo, à Scania, uma produtora de caminhões, ele fez da Volkswagen a segunda maior fabricante de veículos do mundo, atrás apenas da Toyota. No ano passado, produziu mais de 10 milhões de veículos e registrou um lucro líquido de 10,8 bilhões (US\$ 12 bilhões).

Essa busca incessante de escala provavelmente terminará. A atenção se concentrará possivelmente na sintonia de algumas partes desafinadas do negócio. Os lucros da VW dependem pesadamente de suas linhas de luxo Audi e Porsche e, por isso, são vulneráveis a uma retração na ponta superior do mercado.

Os resultados do primeiro trimestre publicados na última semana mostraram que as margens operacionais de carros mais humildes que ostentam o emblema VW - que respondem por quase metade das vendas do grupo em volume - foram 2% piores que o esperado. A Volkswagen espera melhorar essas margens para 6%, perto da média do grupo.

Mas isso será difícil. Está em andamento um plano de corte de custos de 5 bilhões (US\$ 5,6 bilhões) para os carros da marca VW, e a empresa está introduzindo em todo o grupo a MQB, uma plataforma modular que permitirá que ela faça a base de dois quintos de todos seus carros de um único conjunto de partes. Isso poderá eventualmente economizar dinheiro, mas sua implementação está se mostrando mais cara do que o esperado.

Mas deslocar o trabalho de fábricas alemãs da VW para o exterior, ou reduzir o enorme orçamento de pesquisa do grupo seria quase impossível para Winterkorn ou para quem o suceder como CEO.

O Estado da Baixa Saxônia possui 20% dos votos no conselho consultivo, e com isso o direito de veto sobre decisões estratégicas por uma lei aprovada quando a empresa foi privatizada em 1960. Os sindicatos também têm representação no conselho (um homem do sindicato é o presidente do conselho interino até o sucessor de Piëch ser escolhido). Ambos provavelmente resistiriam a qualquer grande corte de empregos na Alemanha.

Resolver seus problemas nos Estados Unidos será igualmente difícil. A participação da VW no segundo maior mercado do mundo, já pouco considerável, está caindo. Sua linha de veículos utilitários esportivos (SUVs), o estilo de carro que mais cresce nesse mercado, é limitado, e não muito empolgante.

A VW está lançando, com atraso, o que Winterkorn chama de "a maior ofensiva de SUV na história da companhia". Mudar a percepção da marca nos Estados Unidos será uma tarefa mais longa e mais difícil.

Os investidores que esperam que a saída de Piëch indique uma mudança ainda mais radical na estratégia parecem fadados, porém, à decepção. O conselho pode ter resolvido simplesmente apoiar Winterkorn, que se aproxima dos 70 anos, em vez de Piëch, mais de uma década mais velho, porque o homem mais jovem é uma melhor aposta no longo prazo para as coisas continuarem como antes.

Volkswagen coloca 8 mil funcionários em férias coletivas em SP

04/05/2015 – O Estado de S.Paulo

Cerca de 8 mil trabalhadores da linha de produção da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP) entraram em férias coletivas a partir desta segunda-feira, 4, por 10 dias, segundo o sindicato dos metalúrgicos da região.

A medida é um mecanismo para ajustar a produção à baixa demanda por veículos novos, cujas vendas acumulam queda de quase 20% em 2015 até abril. Em todo o País, já são mais de 13 mil metalúrgicos suspensos pelas montadoras, por motivos semelhantes.

A Volks é a montadora que possui mais metalúrgicos afastados atualmente, Além dos 8 mil em São Bernardo, a companhia tem 370 trabalhadores em lay-off (suspensão temporária dos contratos) em Taubaté (SP). Desse total, 120 estão suspensos desde o fim de abril e 250, desde março.

Em ambos os casos, por cinco meses, de acordo com o sindicato dos metalúrgicos da região. A empresa ainda mantém 570 funcionários em lay-off, desde início do mês passado, em São José dos Pinhais (PR).

Procurada, a Volks não comentou a paralisação e declarou apenas que tem feito "uso de ferramentas de flexibilização para adequar o volume de produção à demanda do mercado". Fontes do setor automotivo, porém, confirmaram a parada da produção na fábrica de São Bernardo de 4 a 14 de maio.

Na unidade, a montadora chegou a anunciar a demissão de 800 metalúrgicos em janeiro, para "adequar o efetivo", mas voltou atrás após greve dos trabalhadores.

GM, Mercedes, Ford e Volvo.

A General Motors (GM) também é uma das montadoras com mais empregados afastados. De acordo com a empresa, 819 metalúrgicos estão em lay-off na fábrica de São Caetano do Sul (SP) desde novembro do ano passado.

Eles deveriam ter retornado ao trabalho no último dia 10 de abril, mas a companhia prorrogou o afastamento até 9 de julho. A montadora tem ainda 473 metalúrgicos com contratos suspensos na unidade de São José dos Campos (SP), desde março até agosto.

Na Mercedes-Benz, são 850 trabalhadores afastados ao todo. Segundo empresa e sindicatos, 750 estão suspensos desde maio do ano passado na fábrica de São Bernardo.

A montadora chegou a anunciar a demissão de 500 desses funcionários em abril, mas revogou os cortes. Na negociação, porém, a companhia prorrogou o lay-off deles até 15 de junho e, até 30 de setembro, para os outros 250. A Mercedes tem ainda 100 metalúrgicos em lay-off até o fim de maio na fábrica de Juiz de Fora (MG).

A Ford, por sua vez, tem 424 metalúrgicos em banco de horas desde 23 de fevereiro, por tempo indeterminado, em São Bernardo do Campo. No fim de março, a montadora demitiu 137 funcionários da unidade de Taubaté, após oito meses de lay-off.

Na fábrica da Volvo em Curitiba (PR), 1,5 mil trabalhadores estão em bancos de horas desde o dia 24 de abril para adequar produção à demanda. De acordo com a companhia, eles devem retornar ao trabalho nesta quarta-feira (6).

Outros mecanismos. Além do afastamento temporário de trabalhadores, muitas montadoras estão recorrendo a planos de demissão voluntária (PDVs) e a paradas estratégicas da produção.

Na fábrica de caminhões da MAN Latin America em Resende (RJ), por exemplo, a carga horária está reduzida em 10% desde dezembro. Nas duas fábricas de ônibus da Marcopolo em Caxias do Sul (RS), acordo entre sindicato e empresa prevê até seis dias de parada da produção por mês, entre abril e maio.

A crise pela qual a indústria automotiva brasileira passa também afeta outros segmentos da cadeia automotiva. Com a produção de veículos em queda, a Pirelli vai colocar em lay-off por cinco meses, a partir das primeiras semanas de maio, 1,5 mil trabalhadores das quatro fábricas que possui pelo País: em Santo André (SP), Campinas (SP), Gravataí (RS) e Feira de Santana (BA). O número equivale a 12,5% de toda a mão de obra da fabricante de pneus.

Na crise, nova classe média faz malabarismos financeiros

04/05/2015 – Bem Paraná

Cortar o restaurante nas horas de lazer, mas garantir a TV por assinatura e a internet em casa. Reduzir as idas ao shopping, mas aumentar as compras no atacado. Manter o achocolatado de marca nobre, mas misturá-lo com outro, mais barato. Em maior ou menor grau, ponderar escolhas como essas já faz parte do cotidiano de milhares de famílias brasileiras.

Essas manobras foram identificadas em pesquisas recentes que acompanham hábitos da chamada nova classe média. Na avaliação de especialistas em consumo e em comportamento na base da pirâmide, as escolhas indicam que a classe C já começou a abdicar de algumas conquistas, consideradas menores, na tentativa de preservar outras, mais importantes.

"Pesquisas com a classe C sempre identificaram que o seu maior temor era, genericamente, perder as suas conquistas recentes", diz Maurício Prado, sócio-diretor do Plano CDE, consultoria especializada em pesquisas sobre a baixa renda. "O risco difuso

virou realidade por causa da possibilidade de perda de emprego e de queda na renda: é preciso fazer escolhas."

Três levantamentos realizados neste início de ano pela Plano CDE traçam um retrato de como a classe C sente e reage à primeira crise econômica desde que ascendeu na pirâmide social.

O mais recente, feito há três semanas, mostra que a maior preocupação de famílias com renda entre R\$ 1.500 e R\$ 2.500 é não ter dinheiro para pagar as contas — contas essas que têm uma composição mais sofisticada. "Há o smartphone, a TV por assinatura, a prestação do carro", diz Prado. "Há 15 anos, deixar de comprar sabão em pó de marca era perda de status, agora, já nem tanto."

Celular se mantém na lista de prioridades

Na reacomodação de prioridades, o celular, por exemplo, reina. A tarifa não é barata, mas ele não está entre os itens que já foram restringidos e só aparece no fim da lista de eventuais economias futuras. O salão de beleza, que viveu um boom, perde força, porque unha e cabelo podem ser feitos em casa a um custo inferior. O plano de saúde privado também começa a ser descartado - bem ou mal, há o SUS.

A relação com produtos básicos, mais tradicionais, por sua vez, dá sinais de que está em transformação. Historicamente, reduzir a compra do básico, especialmente de comida, era o último artifício de economia na baixa renda. Neste início de ano, porém, a Nielsen, uma das maiores empresas de pesquisa de mercado do mundo, identificou desaceleração justamente nisso.

"Dona de casa sempre garante um mimo"

A Nielsen acompanha um conjunto de produtos que forma uma espécie de cesta básica, com arroz, feijão, desodorante e xampu, por exemplo. Há um dado curioso quando se observa a quantidade de itens comprados pelo consumidor brasileiro nos supermercados. Em janeiro e fevereiro do ano passado, em relação a 2013, quando a economia ia bem, o volume teve alta de 6,9%.

Em janeiro e fevereiro deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, a alta foi de apenas 1,2% - as pessoas compraram um número menor de itens. "A dona de casa é uma malabarista das finanças. Poupa, sim, mas em parte garante um mimo, algo que na sua avaliação ela merece ter", diz o diretor de Atendimento ao Atacado e Varejo da Nielsen, Olegário Araújo.

Pessoas não podem ser tratadas como propriedade das empresas, diz consultor

04/05/2015 – Portal Contábil

Uma mudança profunda na maneira como o colaborador se coloca dentro da empresa é capaz de revolucionar os negócios. Essa é a proposta de Marcelo Cardoso, especialista no modelo de gestão integral (que se baseia em unir conhecimentos de diversas áreas, como científicos, sociais, espirituais e artísticos) aplicado a pessoas.

Com passagens pelo grupo Fleury e pela Natura, entre outras grandes companhias, o executivo lidera a operação no Brasil da consultoria MetaIntegral, que possui escritórios na Austrália, nos Estados Unidos, e na Inglaterra.

Estudioso do método desenvolvido pelo filósofo Ken Wilber no fim dos anos 1990, Cardoso propõe que as companhias deixem de enxergar os colaboradores como sua "propriedade".

Para ele, a melhor estratégia para atravessar tempos de crise econômica é investir em relações de trabalho mais maduras. Em entrevista ao Estado, ele explica:

Qual é a proposta do método de gestão de integral?

Há um aumento de complexidade para operar, tanto no Brasil quanto em outros mercados, por conta da volatilidade econômica. Diferente da ênfase em planejamento, controles e estratégia, a proposta é olhar para o cenário de modo adaptativo.

É entender de que maneira as pessoas sozinhas ou em grupo podem lidar melhor com o ambiente. Algumas empresas têm enorme dificuldade de encarar a transformação. Por quê? Não é por falta de dinheiro, tecnologia ou capacidade, mas por falta de pessoas que compreendam as mudanças.

Como funciona o programa? Ele é voltado para gestores ou colaboradores?

Depende. Várias metodologias foram desenvolvidas a partir de evidências científicas em áreas como Psicologia Positiva, Neurociência e Teoria da Complexidade. A abordagem sempre começa com um grupo pequeno de pessoas, que podem ser desde trainees até executivos.

São os próprios colaboradores, então, que têm a missão de reeducar a empresa?

Geralmente, as empresas anunciam grandes mudanças e as pessoas precisam se adaptar a elas. Isso cria um alvoroço. É cientificamente comprovado que as pessoas se engajam muito mais na mudança quando ela é viral (as redes sociais estão aí para provar isso). O discurso precisa vir antes da prática. Assim, focamos em pessoas que têm influência e elas chamam atenção ao se comportarem de maneira diferente.

É possível medir essas transformações?

Existem ferramentas para medir o nível de maturidade cognitiva, emocional e interpessoal, tanto dos grupos quanto dos indivíduos. Medimos antes e depois de começarmos o trabalho. Em média, 70% das pessoas que passam pelo trabalho evoluem.

Qual é o impacto para a empresa?

Em uma empresa, se começarmos com apenas 10% das pessoas em posições de liderança, temos um impacto gigantesco. Os desafios em que temos mais a colaborar não são aqueles operacionais, mas para os quais ainda não há resposta. O nosso trabalho será efetivo se as pessoas construírem soluções novas e inusitadas para os problemas que as empresas estão enfrentando.

O que pode acontecer com uma pessoa que não se adapta?

Uma das implicações do modelo tradicional é tratar as pessoas como se fossem propriedade da empresa. Por isso, se fala em retenção de talentos, plano de sucessão, plano de carreira, etc. Essa é uma linguagem mecânica, e as pessoas não funcionam assim. Eu diria que avançou muito nos últimos cinco anos a ideia de que temos contratos psicológicos com as organizações.

O modelo integral faz a pessoa refletir sobre si mesma, sua vida, suas escolhas profissionais e, ao mesmo tempo, sobre para onde a organização está indo. Assim, ela pode escolher ir ou ficar. A premissa é a de um relacionamento adulto, e não infantilizado, em que as pessoas têm medo de perder o emprego.

Em um contexto de crise, qual é o ponto de equilíbrio entre diminuir despesas e investir em programas que deem retorno no longo prazo?

É óbvio que temos desafios, mas temos também um mercado interno que nos permite lidar com isso. Existem empresas que estão mal, porém há um dinamismo na economia que está um pouco invisível.

Sim, há um contexto de crise, mas também empresas com visão de médio, longo prazo. Organizações que enxergam apenas o próximo trimestre não veem essas coisas. Felizmente, no Brasil, tanto empresas nacionais como multinacionais veem o que estamos passando como mais um ciclo.

Quais setores têm se saído melhor?

Empresas de tecnologia e de saúde vão bem, mas têm o desafio de se reinventar. No caso específico de saúde, as companhias vão sofrer com o aumento do desemprego, mas a abertura para o capital estrangeiro vai causar muitas mudanças.

Na logística, há um movimento de consolidação que faz com que o setor também cresça. Com o dólar mais valorizado, o Brasil fica mais competitivo e o agronegócio, principalmente as companhias mais sofisticadas, têm se beneficiado disso.

Os 10% da discórdia do Fundo de Garantia

04/05/2015 – Portal Contábil

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é reconhecido pelo trabalhador como uma espécie de poupança, embora tenha uma aplicação social que vai muito além do patrimônio individual. Criado em setembro de 1966, o FGTS surgiu como uma forma de flexibilizar as relações entre empregadores e trabalhadores.

Até então, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) estabelecia que empregados com mais de 10 anos de registro em carteira teriam estabilidade no emprego, só podendo ser demitidos em casos de falhas graves.

"A lei, no entanto, levava ao efeito contrário: as empresas acabavam demitindo os funcionários ao completarem nove anos na empresa para evitar a estabilidade", explica o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

Para equilibrar os dois lados, contemplando o pleito das empresas sem prejudicar o trabalhador, foi criado o FGTS, que imputava às empresas o depósito mensal de 8% sobre o salário na conta vinculada ao empregado.

A medida flexibilizou as relações de trabalho, garantindo recursos em situações como demissão sem justa causa, que ainda exige do empregador o pagamento de 40% do total depositado na conta do FGTS. "Ao longo do tempo, uma empresa pode crescer ou diminuir.

Nesse sentido, é fundamental que disponha do direito de contratar e demitir, adequando sua força de trabalho ao tamanho de seu negócio", detalha Bohn, explicitando que a solução beneficiou ambos os lados.

Em quase cinco décadas, desde que foi adotado, o FGTS compôs recursos não só para atender individualmente os trabalhadores, mas também gerando aporte a outras áreas, especialmente a habitação.

Em 2006, quando o fundo completou 40 anos, já haviam sido aplicados mais de R\$ 80 bilhões nas áreas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, gerando aproximadamente 11 milhões de vagas e financiando de mais de 6 milhões de habitações até então.

Em quatro décadas, o fundo contabilizava cerca de 370 milhões de saques realizados pelos trabalhadores, que resultaram em um montante de R\$ 250 bilhões injetados na economia brasileira.

Apesar dos números positivos, o fundo passou por um período crítico de déficit, decorrente dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. O FGTS registrava um rombo de R\$ 42 bilhões em 2001.

A partir de uma grande articulação entre governo e empresas, foram aprovadas e instituídas pela Lei Complementar 110/2001 duas contribuições adicionais para sanar as contas, uma de 0,5% incidente sobre a remuneração mensal do trabalhador, com prazo de 60 meses (compreendendo o período de janeiro de 2002 a janeiro de 2007), e outra de 10% sobre o saldo individual do FGTS no caso de demissão sem justa causa (sem prazo estabelecido).

Assim, a partir de 2002, os empregadores passaram a depositar mensalmente 8,5% do salário nas contas de seus funcionários e, nos casos de demissão sem justa causa, além da multa de 40% sobre o saldo do fundo, mais 10% incidente sobre o mesmo montante.

O equilíbrio financeiro do FGTS foi alcançado em 2012, segundo a Caixa Econômica Federal, porém a cobrança dos 10% adicionais permanece até hoje, embora seja questionada e combatida pela classe empresarial.

Déficit foi quitado em 2007, argumenta advogado

Analisando as demonstrações financeiras do FGTS desde que a cobrança dos 10% adicionais na multa por demissão sem justa causa, a partir de 2002, o advogado tributarista da Martins Bertoldi Advogados Associados Ricieri Gabriel Calixto concluiu que o déficit das contas foi sanado a partir de 2007.

"O fim para o qual a referida contribuição fora criada foi devidamente alcançado, no mínimo, a partir do exercício de 2007", argumenta Calixto.

Vale cogita parar minas no Estado

04/05/2015 – Diário do Comércio

A queda nos preços internacionais do minério de ferro poderá levar a Vale S/A a paralisar as atividades de algumas unidades em Minas Gerais. O Estado concentra cerca de 60% da produção total da companhia.

O diretor-executivo de Ferrosos da Vale, Peter Poppinga, afirmou na quinta-feira, durante teleconferência de divulgação dos resultados do primeiro trimestre que a mineradora poderá paralisar unidades de produção com custo mais alto em Minas Gerais.

Segundo ele, a Vale continua fazendo investimentos para elevar sua capacidade de produção no Sistema Norte, onde tem minério de maior qualidade, mas vai operar de acordo com a dinâmica do mercado e acompanhando fatores como a produção de aço chinesa.

Isso significa que poderá haver uma otimização de produção entre os sistemas da Vale. "Preciso diferenciar claramente o que é ter uma capacidade e utilizá-la", disse o diretor.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou que o racional será privilegiar as minas mais competitivas. "Temos minas que têm custos mais altos e podem ser ajustados no decorrer do tempo", disse. Segundo ele, essas minas totalizam 30 milhões de toneladas, mas isso não significa que a Vale cogita fechar esse volume de capacidade.

A busca pela redução dos custos operacionais ocorre em meio à redução brusca das margens das mineradoras em função da queda na cotação do insumo siderúrgico, que

perdeu mais da metade do valor em um ano. Atualmente, o minério é negociado por aproximadamente US\$ 50 a tonelada no mercado *spot* (à vista) da China.

Em Minas Gerais, a Vale mantém os sistemas Sul e Sudeste, que englobam importantes complexos minerários da companhia e também as mais antigas minas em atividade.

Somente no primeiro trimestre estas jazidas foram responsáveis pela produção de 45,667 milhões de toneladas de minério de ferro. O montante representa 61% das 74,523 milhões de toneladas extraídas pela mineradora no período.

Aportes - Os investimentos da Vale em Minas Gerais somaram US\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre. O valor representa queda de 30,5% na comparação com o acumulado entre janeiro e março do ano passado, quando totalizou US\$ 2,16 bilhões.

O montante compreende o custeio de operações e execução de projetos no Estado. De acordo com a companhia, os recursos foram destinados para áreas diversas como minério de ferro, pelotas, logística e energia. Os investimentos socioambientais somaram US\$ 40,5 milhões no período.

Entre os principais aportes está o projeto Conceição Itabiritos II que recebeu investimentos de US\$ 54 milhões no primeiro semestre. O empreendimento é orçado em US\$ 1,504 bilhão e deverá entrar em operação ainda neste semestre.

Os investimentos em Conceição Itabiritos II consistem na adaptação da planta de beneficiamento existente no complexo minerário para o processamento de itabiritos de baixo teor. A capacidade será de 19 milhões de toneladas/ano.

Em Itabira, a Vale investiu US\$ 81 milhões em Cauê Itabiritos de janeiro a março. O projeto é orçado em US\$ 2,570 bilhões e deverá entrar em operação no segundo semestre de 2015. A capacidade instalada será de 24 milhões de toneladas anuais.

Mercedes-Benz prorroga prazo de lay-off em Juiz de Fora

04/05/2015 – Diário do Comércio

A Mercedes-Benz prorrogou para o final de maio o *lay-off* (suspensão de contratos) de 89 funcionários na planta em Juiz de Fora, na Zona da Mata. A estratégia é adotada pela montadora desde outubro do ano passado em meio à retração nas vendas no mercado interno.

A previsão inicial era que os operários retornassem ao trabalho na próxima semana. Com a prorrogação, o *lay-off* será mantido até 31 de maio, de acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, João César da Silva.

Com o cenário negativo no País, desde 2014, a Mercedes vem adequando a produção da unidade mineira à demanda. Além da suspensão, no ano passado a companhia concedeu férias coletivas para parte de seus funcionários. Na planta em Juiz de Fora são produzidos os modelos Accelo e Actros. A unidade pode produzir até 50 mil caminhões anualmente e conta com cerca de 750 funcionários.

Apesar da preocupação quanto ao cenário do setor automotivo, Silva afirma que a situação é melhor na comparação com a unidade de São Bernardo do Campo (SP). Além de a planta ter um quadro "enxuto", o sindicato tem um acordo com a direção da Mercedes que mantém os empregos até a mudança da produção do modelo Accelo para a planta no Estado vizinho, a partir de 2016.

Ele destaca ainda que com as mudanças previstas para a fábrica, que passará a realizar a montagem e a pintura de cabines, novos postos de trabalho poderão ser criados no município. Para a adequação da planta serão investidos R\$ 230 milhões.

Com a economia andando de lado, as vendas de caminhões no País recuaram 36,2% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Foram 18.964 unidades, contra 29.718 veículos entre janeiro e março de 2014, conforme informações da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Automóveis - De acordo com Silva, a companhia abriu vagas para os operários interessados em atuar na nova planta de Iracemápolis (SP), onde serão fabricados automóveis da marca alemã.

Segundo ele, o trabalhador que for selecionado será desligado da planta em Juiz de Fora e receberá todos os direitos trabalhistas. Além disso, será contratado com um salário superior no interior de São Paulo.

Ele explica que a intenção da companhia é levar operários com expertise na produção de automóveis para treinar os trabalhadores. Antes de passar a produzir caminhões, a planta de Juiz de fora atuava neste segmento.

A Mercedes-Benz explica que a oportunidade está aberta para todos os funcionários da fábrica em Juiz de Fora. Porém, a companhia ressalta que a maior parte da mão de obra será contratada na região de Iracemápolis. Os investimentos no novo empreendimento serão de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Com novos em crise, venda de carro usado cresce

04/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Faltando sete meses para a realização da maior feira de veículos comerciais do País, a Fenatran, Salão Internacional do Transporte Rodoviário de Carga, apenas duas montadoras até agora confirmaram presença no evento: DAF e Volvo mostrarão seus modelos e novidades relacionadas a pós-venda e serviços a fim de atrair e manter o público cativo das últimas edições.

"A Fenatran faz parte da cultura do transporte de carga do País e para nós é um evento estratégico. Posso dizer que nos preparamos os 12 meses anteriores para a melhor participação possível", comenta Daniel Mello, gerente de marketing da Volvo Trucks para a América Latina.

Mello conta que grande parte das vendas da montadora nos anos ímpares, quando são realizados o evento, são resultado do trabalho feito exclusivamente na Fenatran: "Nós não divulgamos valores, mas posso garantir que estar na feira é o maior investimento de marketing da Volvo a cada dois anos e boa parte da nossa receita anual é realizada durante a feira".

Por outro lado, a maior parte das montadoras está em processo de definição e avaliação sobre sua participação na feira, que neste ano chega à sua 20ª edição e que abre as portas entre 9 e 13 de novembro.

Caso de MAN Latin America, Mercedes-Benz, Scania, Ford, Agrale e Caoa, que confirmam estar em análise. A Iveco é a única que confirma, por enquanto, que não irá participar desta edição. Por sua vez, a International não conseguiu responder até o fechamento desta reportagem.

A demora na decisão e a dúvida em participar parte principalmente das análises sobre custos e retorno que a feira proporciona, principalmente diante de um mercado em baixa, que obriga as empresas a cortarem os custos ao máximo. A baixa adesão também é reflexo das negociações de preços entre participantes e organizadores.

Por meio de suas assessorias, MAN e Agrale informam que na próxima semana terão reuniões internas para debater o assunto, enquanto Scania e Mercedes-Benz estão acompanhando o movimento via Anfavea, entidade que reúna as fabricantes e que apoia o evento, juntamente com Anfir e Simefre.

A Fenatran é uma iniciativa da NTC & Logística, associação que representa as empresas nacionais de transporte de cargas e logística no País, com a organização da Reed Exhibitions Alcantara Machado.

"A Fenatran é sempre aguardada com grande expectativa, mesmo em um cenário mais difícil como o que o setor está enfrentando este ano. As montadoras estão sim estudando, ainda há uma adesão muito baixa, mas acredito que é momentâneo.

Entendemos que apesar de tudo, é uma oportunidade de se fazer presente, de dizer ao cliente 'estamos aqui, conte com nossos produtos e serviços', como uma demonstração de voto de confiança", disse o presidente da NTC & Logística, José Hélio Fernandes.

O executivo acrescentou que 70% do espaço da feira está vendido e que neste ano houve um movimento grande de entrada de empresas que sempre estiveram na fila de espera por falta de espaço em outras edições.

Vale lembrar que a feira reúne não só montadoras, mas fabricantes e fornecedores de autopeças para caminhões, ônibus, fabricantes de implementos rodoviários e empresas de serviços relacionados ao segmento de pesados.

"Este é um evento que já é esperado e vamos sim realizá-lo. Acredito que como um ciclo, até novembro o ritmo do mercado comece a retornar, se normalizando em 2016, quando o País estará caminhando para a normalidade após uma definição melhor dos impactos da política de ajustes aplicada neste começo de ano e que acaba afetando a economia."

Fernandes diz ainda que para o próximo ano a entidade projeta realizar a segunda edição da Fenatran Centro Oeste, focada no mercado local: "Em 2014 lançamos esta proposta e foi uma feira muito bem aceita. O local para a próxima ainda não está definido, mas queremos repetir".

Ferrexpo vende participação na Ferrous

04/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A Ferrexpo, mineradora baseada na Suíça, anunciou na quinta-feira que irá vender sua participação de 15,51% na mineira Ferrous Ressources. A fatia será negociada com a IEP Ferrous Brazil, que se tornará a principal acionista da empresa brasileira. A operação irá movimentar US\$ 41,8 milhões.

De acordo com comunicado enviado ao mercado, a mineradora explica que a conclusão do negócio ainda depende do atendimento de algumas exigências, incluindo a anuência do regulador de mercado. Não há nenhuma garantia que a venda será concluída.

A IEP Ferrous Brazil, baseada nos Estados Unidos, atualmente conta uma participação de 14,6% da mineradora brasileira. Com isso passará a deter 29,7% da Ferrous. Conforme o documento, em 31 de dezembro de 2014, a participação bruta da Ferrexpo na Ferrous era

de US\$ 203,2 milhões, de um total de US\$ 1,310 bilhão do valor do ativo. No período, o prejuízo atribuível à empresa suíça foi de US\$ 9,7 milhões.

A Ferrexpo adquiriu sua participação na Ferrous em 2013. A operação movimentou US\$ 82,4 milhões. Porém, no ano passado a companhia anunciou uma baixa contábil deste montante.

A Ferrous mantém plano de investimentos de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão na expansão da mina Viga, instalada em Congonhas, no Campo das Vertentes. Com os aportes, a empresa pretende passar de uma capacidade de 5 milhões de toneladas anuais para 15 milhões de toneladas por ano até 2017.

Expansão - As obras de expansão da mina começaram no ano passado e estão previstas para ser finalizadas em dezembro de 2017. Além do investimento bilionário, serão gerados cerca de 3,5 mil empregos durante a implantação e outros 2,5 mil na operação.

As principais estruturas do projeto são britagens primária, secundária e terciária, peneiramentos, moagem, ciclonagem, flotação, espessamento, mineroduto, filtragem, rejeitoduto, barragem de rejeito.

Estão previstos ainda pátio de estocagem e carregamento ferroviário, captação de água nova e recirculada, linha de transmissão de energia elétrica, subestações principal e secundárias e novas instalações de apoio industrial e administrativo.

Além de Viga, a companhia detém as minas Esperança, em Brumadinho, e Santanense, em Itatiaiuçu, ambas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Aneel vendeu 1.973 MW em leilão para 2020

04/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) conseguiu vender 1.973 megawatts (MW) de energia, ou 30% de um total de 6.700 MW ofertados, no 21º Leilão de Energia Nova "A-5", realizado na quinta-feira, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O preço médio da energia, a ser gerada por hidrelétricas e termelétricas, licitada foi de R\$ 259,19 o MWh, abaixo dos R\$ 281,00 do custo marginal de referência. O montante financeiro da energia negociada no leilão foi R\$ 67,41 bilhões.

Na primeira fase do leilão, foi ofertado o maior lote individual de energia, a ser gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaocara, que será construída no rio Paraíba do Sul, na dívida entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com capacidade de geração de 145 MW.

O empreendimento foi arrematado pelo Consórcio Itaocara, que ofereceu preço de 154,99 para o MW, muito próximo do preço teto de R\$ 155,00 definido pela Aneel.

A usina de Itaocara havia sido licitada antes de 2004, quando o concessionário vencedor era o que oferecia maior valor para o uso do bem público (UBP, uma espécie de outorga). Um consórcio formado pela Light (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), venceu o leilão.

Mas como os empreendimentos eram licitados sem licença prévia, a usina nunca saiu do papel por entraves na obtenção das licenças ambientais.

Com o atraso nas licenças ambientais, a Light e a Cemig tentaram renegociar com o governo o prazo da concessão, mas não conseguiram. Em razão disso, em agosto de 2013, anunciaram a devolução da concessão da hidrelétrica ao governo.

A Light foi a empresa que mais comprou energia no leilão, arrematando 11,45% do total ofertado. A Celpe, distribuidora de Pernambuco, e a Amazonas Energia, vieram em seguida, com 10,6% cada.

Novo certame - O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, sinalizou que o governo federal não deve fazer novo leilão A-5 de energia nova em 2015. A explicação estaria na contratação plena da demanda das distribuidoras para 2020 após o certame de quinta-feira.

"O leilão A-5 permitiu atender a demanda para as distribuidoras em 2020", afirmou Tolmasquim. Justamente em função disso não haveria demanda para energia de novos projetos que venham a ser licitados.

A alternativa para que o governo federal leiloasse ainda em 2015 novos projetos de grande porte seria a elaboração de outros perfis de certame, disse o presidente da EPE. A realização de leilões de energia de reserva, por exemplo, seria uma alternativa.

Tolmasquim afirmou que a EPE trabalhava com a expectativa de que fosse realizado um novo leilão A-5 neste ano, mas o resultado do certame de quinta-feira obrigará o governo a rever o assunto.

As hidrelétricas de Ercilândia, Apertados e Telêmaco Borba, que foram cadastradas e não foram habilitadas para o leilão, seriam potenciais ativos a serem incluídos em um novo A-5 deste ano.

Outro caso particular envolve a hidrelétrica São Luiz do Tapajós, que ainda enfrenta restrições ambientais e problemas de diversas naturezas, inclusive com comunidades indígenas.

Tolmasquim destacou que o governo ainda pretende leiloar a usina em 2015, e ressaltou que a energia nova não provocaria problemas de descasamento entre oferta e demanda em 2020 em função do cronograma de projetos de grande porte.

Ação policial deixa secretário do PR na corda bamba

04/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Conhecido como o "Batman do Paraná", o secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, vive seus dias de vilão. Responsabilizado pelos excessos da Polícia Militar paranaense durante a manifestação de professores que terminou com ao menos 213 feridos, na última quarta-feira, 29, Francischini é alvo de ataques da oposição, imprensa e agora também do PSDB, partido do governador Beto Richa.

O deputado federal Valdir Rossoni (PSDB-PR), ex-presidente da Assembleia Legislativa e presidente estadual do PSDB do Paraná, publicou uma nota ontem na qual, sem citar o secretário nominalmente, condena a ação da PM, põe a culpa no comando e pede que o governador exonere os "responsáveis pelas atitudes desmedidas, pelos desmandos, pelos exageros".

Com seu estilo extravagante e para muitos truculento, que inclui aparições em programas vespertinos de TV com um revólver na cintura, Francischini, é alvo de críticas dentro da própria PM. "Estou extremamente preocupado. Ele está introduzindo uma cultura de

violência na corporação”, disse o coronel da reserva da PM, Elizeo Furquim, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Militares do Paraná (Amai).

Aos 45 anos, o deputado federal licenciado, ex-oficial do Exército e da Polícia Militar do Paraná e delegado da Polícia Federal, Fernando Francischini coleciona controvérsias desde a época em que era apenas aspirante a oficial.

Em 1996, foi objeto de um processo interno por agredir um jovem motorista que fazia manobras arriscadas no bairro Batel, em Curitiba. Dois anos depois o caso foi arquivado por prescrição.

No ano seguinte, já na condição de tenente e subcomandante do Comando de Operações Especiais (COE) da PM, foi novamente alvo de inquérito no episódio que resultou nas mortes de Cleverson Maciel, de 18 anos, Israel Schimidt, de 17 anos, e outros dois rapazes.

Segundo relatório assinado por Francischini, os quatro jovens praticavam assaltos perto da Rua 24 Horas, no centro de Curitiba, durante o Carnaval. Flagrados pela PM, fugiram em um Fiat Uno. A perseguição terminou em uma troca de tiros na qual os jovens levaram a pior.

No entanto, dois meses depois o Ministério Público instaurou um inquérito policial militar com base nos depoimentos das mães de Maciel e Schimidt. Segundo elas, testemunhas disseram ter visto os dois sendo presos e colocados em uma viatura da PM horas antes da perseguição. Portanto, não poderiam estar no Fiat Uno.

Exames do Instituto Médico-Legal (IML) mostram que ambos foram mortos com tiros no antebraço, “em posição de defesa”, um indício de execução. Não foram realizados exames para constatar a presença de pólvora nas mãos dos rapazes. O inquérito também foi arquivado em 1998, quando Francischini passou no concurso para a PF.

Graças à sua atuação na prisão do traficante colombiano Juan Carlo Abadia, quando ocupava a chefia da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da PF em São Paulo, ganhou a notoriedade nacional que alavancou sua carreira política.

Antes, porém, também teve uma passagem controversa pela Subsecretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, onde foi acusado de prender irregularmente um soldado PM que o seguia um dia depois da morte do juiz Alexandre Castro Filho.

CPI

Em 2010, depois de chefiar por dois anos a Secretaria Municipal Antidrogas durante a passagem de Richa pela prefeitura de Curitiba, Francischini foi eleito deputado federal pelo PSDB-PR e se destacou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o bicheiro Carlos Cachoeira, da qual foi afastado misteriosamente.

Em 2012, Francischini se converteu à religião evangélica e trocou o PSDB pelo PEN. Um ano depois foi para o SDD e ganhou fama na Câmara pela verborragia e por defender pautas conservadoras como a redução da maioria penal.

Em 2014 foi reeleito e conseguiu eleger para a Assembleia seu filho, Felipe, que aparece em um vídeo chamando servidores públicos contrários ao ajuste fiscal do governo de “burros” e “petistas”.

Na mesma época, o secretário, a quem se credita a ideia de transportar os deputados que votariam o ajuste em um ônibus blindado da PM até Assembleia cercada por

manifestantes, protagonizou um vídeo que virou sucesso nas redes sociais. As imagens mostram o "Batman do Paraná", assustado, com sua silhueta roliça, correndo de um professor e se escondendo atrás da tropa.

Francischini foi procurado diversas vezes pelo Estado. Em rápida conversa por telefone, disse que todas investigações contra ele foram arquivadas e prometeu responder a um questionário enviado duas vezes por e-mail à sua assessoria. As perguntas nunca foram respondidas.

Terceirização: magistrados temem insegurança e retrocesso na lei trabalhista

04/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

O projeto de lei que propõe novas regras para a terceirização, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e em discussão no Senado, não trará segurança jurídica às empresas ou ao trabalhador, avalia a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Para a entidade, a regulamentação da terceirização, do jeito que está, pode ser vista como um passo para trás. "Esse projeto poderá resultar no maior retrocesso da história da legislação trabalhista brasileira desde a origem do trabalhismo e dos direitos sociais conquistados na década de 30", avalia o diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Guilherme Feliciano.

"A legislação atual já tem parâmetros estabelecidos quanto aos critérios de legalidade, construídos pela jurisprudência nos tribunais do trabalho. Para ter segurança jurídica basta que esses critérios sejam repassados à lei. Os empresários acham que a terceirização trará segurança jurídica, o que não é verdade.

Ela substituirá os critérios atuais, já instituídos pela jurisprudência, por critérios que, além de mal conhecidos, foram motivo de controvérsia em outros países", argumentou o magistrado.

Segundo ele, hoje as discussões da jurisprudência giram em torno do que é classificado como atividade-fim e atividade-meio. Caso o texto do Projeto de Lei 4.330/2004 seja aprovado como está, haverá dificuldade em se definir o que é uma "empresa especializada com objeto social único" (termo utilizado no projeto para definir empresas que poderão prestar serviços terceirizados) e sobre o que é considerado fraude. "Sem a menor dúvida haverá empresas falseando especializações. Para a vida dos brasileiros, o que posso dizer é que os riscos irão muito além dos direitos trabalhistas", alertou.

"Em pouco mais de uma década, as pessoas se internarão em hospitais de alto nível achando que lá haverá médicos de primeiro time. No entanto, não terão a menor segurança de que haverá ali um profissional desse nível. As pessoas pegarão aviões de uma companhia, mas sem a segurança de que o piloto tenha sido contratado ou selecionado por aquela companhia", argumentou.

Na avaliação da gerente executiva de relações do trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, o projeto busca estipular regras que hoje não existem no país.

"O que se busca é regulamentar a terceirização no país, de forma a tapar buracos que existem na jurisprudência brasileira, que não trazem segurança jurídica e não protegem empresas nem trabalhadores", disse.

“A jurisprudência consolida entendimento de que só pode ser terceirizada a atividade-meio, mas não há doutrina ou conceito certo sobre o que vem a ser atividade-meio ou fim, e essa ausência resulta em conflitos judiciais trabalhistas. Por exemplo: uma indústria de suco tem como atividade-fim plantar e colher o fruto? Há entendimentos de que sim e de que não”, observou Lorena.

Segundo a entidade, conceitos de atividades-fim e meio não se aplicam à economia moderna devido a fatores como evolução tecnológica; práticas e técnicas produtivas e estratégias de negócios.

Por isso, a CNI tem defendido que a decisão sobre o que terceirizar tenha de ser uma "livre escolha" das empresas. “É o caso dos fabricantes de *smartphones*. Eles têm sempre de buscar especializações em áreas como de *design*, tecnologia, velocidade [do sistema operacional]. Portanto têm de montar estratégias a partir de uma *expertise* interna e também buscar a *expertise* de outras empresas com especialização em outras áreas. Caso contrário, o ambiente de negócio fica desfavorável”, acrescentou.

Para a CNI, o texto do projeto define com clareza o que seria empresa especializada com objeto social único. “Esse texto nos permitirá identificar se a empresa realmente terá especialização [no objeto do contrato], qualificação técnica e capacidade econômica porque arrola requisitos para essa comprovação. Além disso, dá como garantia para o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada 4% sobre o contrato de prestação de serviço”, disse a gerente da CNI.

Para o representante da Anamatra, a aprovação do projeto de terceirização poderá frustrar expectativas de melhorias da situação financeira das empresas, a médio prazo. “As estatísticas mostram que trabalhadores terceirizados recebem um terço a menos do que o trabalhador normal. Provavelmente as contribuições previdenciárias também cairão para esse nível um terço menor.

Isso seria desastroso para a economia como um todo. Tenho dúvidas até sobre se a terceirização aumentaria o lucro das empresas, uma vez que ela certamente implicaria em uma piora da produção. O resultado disso tudo, pode apostar, será o desaquecimento da economia. Ou seja, as próprias empresas que defendem a terceirização poderão ser prejudicadas”, acrescentou.

A representante da CNI não acredita em efeitos nocivos para a economia devido ao projeto que regulamenta a terceirização. “Não temos conhecimento detalhado sobre essa informação de que terceirizadas pagam um terço a menos do que as contratações diretas.

O que acreditamos é que mais vagas no mercado resultam em mais fomento para a economia e que, bem feita, a terceirização fomentará o mercado, com empresas mais competitivas que, ao crescerem, gerarão mais empregos e melhores condições de trabalho”, rebate a representante da CNI.

“Empresas que queiram manter-se no mercado, valorizadas e competitivas, terão de prestar o melhor serviço e apresentar o melhor produto. Portanto, elas terão de buscar as melhores empresas para a terceirização. Essa é a estratégia a ser considerada”, acrescentou.

“Ao defender a terceirização, a CNI defende o que é melhor para o Brasil, para as empresas e para o trabalhador. É isso o que, do nosso ponto de vista, o projeto faz. Não temos interesse em reduzir direitos dos trabalhadores. Quando [em outros momentos] criticamos o excesso de encargos trabalhistas, nos referimos a questões tributárias. Não a direitos específicos do trabalhador”, completou.

Para o juiz trabalhista e diretor da Anamatra, causa "estranheza" discursos e campanhas de entidades patronais em defesa dos trabalhadores. "O raciocínio pelo qual a terceirização penetra desde os anos 80 no pensamento empresarial visa apenas substituir mão de obra para barateá-la. É estranho ver essas entidades dizendo o que é bom para o trabalhador de forma tão personalizada, como se fosse uma antiga bandeira de luta. Seria o mesmo que ver trabalhadores fazendo campanha em defesa de direitos para os empresários", argumentou.

Ontem (30), a presidenta Dilma Rousseff defendeu a necessidade de uma legislação que regulamente a terceirização. Para ela, entretanto, é preciso aprovar uma lei que não precarize o trabalho.

Também nesta semana, o ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, criticou o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Para ele, a proposta fragiliza as relações de trabalho. Já o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que a terceirização só será viável se não provocar redução na arrecadação de tributos.

Mercado estima inflação em 8,26% e Selic em 13,5% no final de 2015

04/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) ter elevado a Selic em 0,5 ponto percentual na semana passada, analistas e investidores aumentaram a projeção do patamar de encerramento da taxa básica de juros neste ano. De acordo com as previsões, a Selic, hoje em 13,25%, deve chegar a 13,5% ao ano no final de 2015. Para 2016, a projeção dos juros básicos subiu de 11,5% para 12% ao ano.

As previsões estão no boletim *Focus*, pesquisa com instituições financeiras que é divulgada semanalmente pelo Banco Central. O Copom volta a se reunir para deliberar sobre a Selic nos dias 2 e 3 de junho.

Com relação à inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o mercado elevou a expectativa de 8,25% para 8,26%. A estimativa de alta dos preços administrados, como o da gasolina e da energia, passou de 13,1% para 13,05%.

O boletim *Focus* prevê ainda retração na atividade econômica do país. Os analistas aumentaram a projeção de queda do Produto Interno Bruto (soma dos bens e riquezas produzidos em um país) de -1,10% para -1,18%. A estimativa para o câmbio foi mantida em R\$ 3,20.

A estimativa da dívida líquida do setor público permaneceu em 38% do PIB. A estimativa do déficit em conta-corrente, que mede a qualidade das contas externas, passou de US\$ 78 bilhões para US\$ 78,5 bilhões.

O saldo projetado para a balança comercial passou de US\$ 4,17 bilhões para US\$ 4 bilhões. Os investimentos estrangeiros estimados subiram de US\$ 57 bilhões para US\$ 57,5 bilhões.

Reajustados os Pisos Salariais para 2015 no Estado do Paraná

04/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O novo salário mínimo regional do Paraná terá um reajuste de 8,8% em 2015, informou o governo do estado nesta quinta-feira (30). O piso regional serve para regulamentar os salários de cerca de 1 milhão de trabalhadores de categorias profissionais sem convenção ou acordo coletivo. O aumento vale a partir desta sexta-feira (1), Dia do Trabalho.

Com o reajuste deste ano, as quatro faixas salariais que definem o piso de diferentes ocupações irão variar entre R\$ 1.032,02 e R\$ 1.192,45. Os pisos intermediários serão de R\$ 1.070,33 e R\$ 1.111,04.

A fórmula para calcular o valor de reajuste leva em conta a soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no acumulado até dezembro e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2013. Com o aumento, o mínimo paranaense continua sendo o maior do Brasil, comparativamente aos outros estados que também possuem esse tipo de balizamento.

Mudança

Para os próximos anos, a fórmula que baliza o mínimo regional terá de ser refeita, pois ela só vale até 2015. O tema deve voltar a ser um ponto sensível de discussão entre trabalhadores e empregadores, já que opõe posições distintas de entidades patronais e centrais sindicais sobre o salário básico.

Segundo Jorge Leonel de Souza, superintendente do trabalho da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, o governo apenas atende às deliberações do Conselho Estadual do Trabalho (CET), órgão tripartite formado por representantes de trabalhadores, empregadores da iniciativa privada e poder público.

As negociações sobre o reajuste de 2016 serão feitas durante reuniões do CET e devem começar no segundo semestre.

FAIXAS SALARIAIS

Veja como fica o salário mínimo regional nas quatro faixas:

Faixa 1

R\$ 1.032,02

Trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca.

Faixa 2

R\$ 1.070,33

Trabalhadores de serviços administrativos, empregados em serviços, vendedores do comércio e trabalhadores de reparação e manutenção.

Faixa 3

R\$ 1.111,04

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.

Faixa 4

R\$ 1.192,45

Técnicos de nível médio.